

RENATA PLETSCH REIS

**UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
DA POLÍTICA DE CULTURA DA UFPR LITORAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carla Cristina Dutra Búrigo

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Reis, Renata Pletsch

Um olhar sobre o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral / Renata Pletsch Reis ; orientador, Carla Cristina Dutra Búrigo - Florianópolis, SC, 2016.

119 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Administração Universitária. 2. Cultura. 3. Política Institucional. I. Búrigo, Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração Universitária. III. Título.

Renata Pletsch Reis

UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CULTURA DA UFPR LITORAL

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração Universitária”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 15 de julho de 2016.

Prof.^a Alessandra de Linhares Jacobsen, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Carla Cristina Dutra Búrigo, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof. Raphael Schlickmann, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof. Cláudio José Amante, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof. Luis Eduardo Cunha Thomassim, Dr.
Universidade Federal de Paraná – Brasil

Prof. Luis Moretto Neto, Dr.
Centro Universitário Internacional UNINTER – Brasil

AGRADECIMENTOS

Antes de eu realizar meus agradecimentos, quero tecer umas considerações sobre este próprio ato de agradecer dentro de um trabalho acadêmico. Confesso que, ao ingressar no mestrado e me deparar com esta página de “Agradecimentos” nos trabalhos científicos que eu lia, pensei que era apenas um documento cujas pessoas se sentiam na obrigação de fazê-lo, um ato instituído culturalmente no mundo acadêmico a ser seguido por todos que adentrassem nele. Eu, que sempre tive uma queda por não fazer as coisas só porque todo mundo faz, decidi não incluir esta página em minha Dissertação.

Todavia, após percorrer este trajeto científico, consegui compreender porque esta página se faz sempre presente nas monografias, dissertações e teses. O mestrado é um processo acadêmico em que dispomos de um tempo muito curto para assimilar novos saberes, compreendê-los e, conseqüentemente, gerar outros conhecimentos. Durante este processo, somos obrigados a se afastar das pessoas que dão sentido à nossa vida, ao mesmo tempo em que requeremos delas apoio para a execução das tarefas diárias e compreensão pelo nosso distanciamento.

Com tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo [já que o mundo não para pra gente cursar um mestrado], mal lembramos de agradecer todo esse apoio, carinho e compreensão recebidos e que foram extremamente essenciais para a conclusão desta etapa de nossas vidas. Por isso, agora compreendo porque existe esta página dentro de um trabalho acadêmico e, assim sendo, gostaria de deixar meu agradecimento a todas as pessoas que participaram desta minha caminhada indiretamente, e, principalmente, às que puderam acompanhar mais de perto este processo: ... Ao meu colega de UFPR Litoral e mestrado, Carleno, por ter me indicado este Programa de Mestrado e por ter dividido as aflições com a dissertação durante as idas e voltas à Florianópolis/SC...

... Às minhas amigas de trabalho da UFPR Litoral, Priscilla e Márcia, por terem aceitado dividir minhas atividades laborais enquanto estive ausente e pelo apoio prestado, inclusive emocional, perante as turbulências que vivi no mestrado...

... À Direção do Setor Litoral e aos demais colegas da UFPR Litoral, por terem me dado o apoio necessário, inclusive institucional, para que eu pudesse realizar este Curso em outra cidade...

... Ao grupo de orientandos da Prof^a Carla, que me incentivou, me apoiou e compartilhou as angústias em busca das “bolas” e das contradições...

... Aos meus colegas de turma do PPGAU, com quem dividi, durante todo o percurso, minhas angústias, conquistas, cervejas e risadas, recebendo em troca sempre carinho, apoio, esperança e alegria...

... Aos professores do PPGAU, que me proporcionaram novos olhares sobre o mundo, dando subsídios para que eu pudesse escrever este trabalho...

... Aos membros de minha banca, por terem aceitado o desafio de discutir o tema deste trabalho e de me orientar na elaboração deste trabalho científico, de modo que eu possa, hoje, fazer jus ao título de Mestre em Administração Universitária...

... Aos meus amigos “babyinhos” que fiz durante o mestrado, Ana Corina e Ernani, por terem deixado eu entrar em suas vidas e, assim, construirmos juntos uma amizade verdadeira, linda, em que um está sempre se preocupando e cuidando do outro [inclusive da alimentação!], seja virtual ou presencialmente, e com os quais pude dividir nesses últimos dois anos todos os momentos de minha vida, sendo estes momentos de alegria, dor, esperança, paz, confusão e diversão...

... À minha amiga Bianca, presente em minha vida há mais de 10 anos [considere este “presente” nos dois sentidos!], por todos os cafés com bolo, vinhos, risadas, colchões emprestados, sushis, choros, piadas, loucuras, caronas, enfim, tudo o que costumamos dividir há anos e que se tornou mais especial ainda durante esta minha fase da vida...

... Aos meus amados Pais, Jucilea e Francisco, que sempre me incentivaram a estudar, desde pequenina, fazendo com que eu pegasse gosto pela coisa e hoje estivesse aqui, concluindo meu mestrado! Além do mais, sempre me deram amor, muito amor, muito carinho e sempre cuidaram de mim, além de compreender e respeitar meus pensamentos e atitudes na vida, mesmo não concordando muitas vezes com eles...

... Às minhas amadas irmãs, Carol e Vitória, que não são apenas irmãs, são amigas, e aos companheiros dos meus pais, Simone e Agabio, que sempre me deram apoio e carinho, tornando meus dias mais felizes e menos angustiantes durante o mestrado...

... À minha orientadora, Prof^a Carla, por ter aceitado o desafio de me orientar. Tenho certeza de que foi um desafio, já que sou teimosa, muitas vezes insegura intelectualmente, e, ainda por cima, adoro emitir minhas verdades sobre os fatos, principalmente embasadas em minhas vivências e percepções não passíveis de comprovação científica (rs...). E, para piorar, ocorreram mudanças em minha vida pessoal e profissional que me abalaram emocionalmente. Mas, mesmo assim, teve paciência e sabedoria para me conduzir ao encerramento deste processo acadêmico...

... E, por último, ao meu antigo companheiro, hoje querido amigo, Leoncio, a quem dedico este trabalho. Primeiro, por ter me mostrado, durante a sua jornada acadêmica (mestrado e doutorado), que um trabalho acadêmico precisa muito mais de dedicação e disciplina do que de uma capacidade intelectual superior [embora eu tenho certeza que você a tem!], o que me deu a coragem necessária para eu acreditar que tinha capacidade de cursar um Mestrado. Segundo, porque mesmo sabendo que eu ficaria um tempo longe de casa, que nossos custos financeiros aumentariam e que você teria que assumir a gerência do lar (rs...), você me incentivou a participar deste Curso em Florianópolis/SC. Terceiro, porque, durante o mestrado, você me deu todo o apoio necessário, principalmente emocional, para que eu hoje concluísse esta Dissertação. Você escutou e dividiu comigo todas as minhas angústias, medos e frustrações... Você fez eu acreditar em mim mesma quando a vontade era jogar tudo pro alto e desistir... Como um bom professor, durante nossas conversas sobre meu trabalho, você ajudou a organizar meu raciocínio, de modo que eu pudesse traduzi-lo nas palavras que compõem esta Dissertação... e, principalmente, porque, por mais que a vida tenha nos separado, você continuou se preocupando comigo e me ajudando a superar todas as dificuldades que surgiram em meu caminho...

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como vem se constituindo o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral a partir do olhar de seus gestores. Esta pesquisa se caracteriza por um estudo de caso, de natureza qualitativa, sendo que as informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores instituídos em funções responsáveis pela condução da Política de Cultura da Universidade. Ficou evidenciado que os gestores entrevistados desconhecem o processo histórico do Centro Cultural UFPR Litoral (CCULT). Este desconhecimento se justifica pelo fato de que o Centro Cultural UFPR Litoral foi construído de forma isolada pela Direção do Setor Litoral, sem registro documental e sem a participação da unidade responsável pela coordenação da Política de Cultura da UFPR. Todavia, os gestores reconheceram que há uma fragilidade na concepção da Política de Cultura Institucional, concebida a partir das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Esta fragilidade se consubstancia por considerarem que a Universidade apenas desenvolve ações e projetos culturais isolados, sem um Plano de Cultura formalmente instituído ou por entenderem que a ausência da destinação de recursos orçamentários para sua execução caracteriza a inexistência de uma Política. Entretanto, os gestores apresentam concepções de cultura similares, ancoradas na perspectiva da diversidade cultural. Esta compreensão de como se abordar a cultura dentro de uma Política Institucional Universitária encontra ressonância nas diretrizes da Política Pública de Cultura, junto ao Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), no que tange à valorização da diversidade cultural, étnica e regional brasileira. Os resultados da pesquisa apontam a existência de uma contradição, pois ao mesmo tempo que a Política de Cultura da UFPR Litoral vem se constituindo como um processo de gestão, este é fragilizado diante da inexistência de uma Política de Cultura Institucional. O CCULT, é mais uma ação desarticulada, de tantas outras da gestão como um produto, fruto da Política Pública de Cultura, negado como um processo social cultural, como reflexo de uma Política Institucional. Neste contexto, mesmo que a UFPR Litoral tenha peculiaridades regionais que necessitam ser respeitadas, ela faz parte de uma Política Institucional, na sua concepção e materialidade.

Palavras-chave: Cultura. Política Institucional. Gestão Universitária.

ABSTRACT

This research aims to understand how is the development process of Cultural Policy of UFPR Litoral from the perspective of their managers. This research is a case study of qualitative inquiry. The data were collected with semi-structured interviews with the managers responsible for de Cultural Policy development process at the University. The data showed that the managers interviewed are unaware of the Cultural Center of UFPR Litoral (CCULT) historical process. This unfamiliarity is justified by fact that Cultural Center of UFPR Litoral was built isolated by managers of Litoral Sector, without documentary record and participation off the unit responsible for coordinating the Cultural Policy of UFPR. However, managers recognized a fragility in the Institutional Culture Policy concept, characterized by the actions that are developed by the Culture Coordination of Culture and Extension Pro-Rectory. This fragility is embodied in the belief that University only develops shares and isolated cultural projects without a Culture Plan formally instituted or understand what the absence of budget resource allocation paragraph your execution features a lack of a policy. However, managers have similar conceptions of culture, anchored in the perspective of cultural diversity. This understanding how to address the culture within a Policy Institutional University finds resonance in guidelines Public Cultural Policy, along the National Culture Plan (BRAZIL, 2010), relation to valuing brazilian's cultural, ethnic and regional. The research results indicate the existence of a contradiction, because the same time that Cultural Policy of UFPR Litoral is developing like a management process, this process is fragile given the absence of an Institutional Culture Policy. CCULT is another disjointed action of so many other management as a product, fruit of the Public Political Culture, denied as a social process, cultural, as a reflection of Institutional Policy. In this context, even that UFPR Litoral has regional peculiarities that need to be respected, it is part of a Institutional Policy in its design and materiality.

Keywords: Culture. Institucional Policy. University Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Caminho Teórico Proposto para o Estudo	21
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Sujeitos da Pesquisa	59
Quadro 02 – Categorias e Conteúdos Base.....	60
Quadro 03 – Caracterização dos Gestores Entrevistados.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Aprendizagem Insuficiente
APL – Aprendizagem Plena
AS – Aprendizagem Suficiente
APS – Aprendizagem Parcialmente Suficiente
CCULT – Centro Cultural Universidade Federal do Paraná Setor Litoral
CEFET-PR – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNC – Conselho Nacional de Cultura
COPLAD – Conselho de Planejamento e Administração
COUN – Conselho Universitário
CONCUR – Conselho de Curadores
DIAL – Diretório Interdisciplinar dos Acadêmicos do Litoral
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
FAFIPAR – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUNARTE – Fundação Nacional das Artes
FNC – Fundo Nacional da Cultura
FTP – Fundamento Teórico-Prático
ICH – Interação Cultural e Humanística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MINC – Ministério da Cultura
MUSA – Museu de Arte
PA – Projeto de Aprendizagem
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIC – Plano Institucional de Cultura
PNC – Plano Nacional de Cultura
PNE – Plano Nacional da Educação
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PPP – Projeto Político Pedagógico
PR – Paraná
PROEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU – Secretaria de Educação Superior
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TEUNI – Teatro Experimental
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral – Universidade Federal do Paraná Setor Litoral

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAS	19
1. O CENTRO CULTURAL UFPR LITORAL	23
1.2. O SETOR LITORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	25
2. A POLÍTICA DE CULTURA DA UFPR.....	33
3. A POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA	41
3.1. UM OLHAR SOBRE A CONCEPÇÃO DE CULTURA.....	52
4. CAMINHO METODOLÓGICO	57
4.1. TIPO DE NATUREZA DO ESTUDO.....	57
4.2. SUJEITOS DE PESQUISA	57
4.3. COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	59
5. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS	63
5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	63
5.2. ESTUDO DO RELATO DOS ENTREVISTADOS	64
5.2.1. O Centro Cultural UFPR Litoral	65
5.2.2. A Política de Cultura da UFPR.....	73
5.2.3. A Política Pública de Cultura.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	111
ANEXO A – ORGANOGRAMA DA UFPR LITORAL	113
ANEXO B – ORGANOGRAMA DA UFPR	114
ANEXO C – ORGANOGRAMA DA PROEC.....	115
APÊNDICES.....	117
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES	119

CONSIDERAÇÕES INICIAS

Como você imagina o Centro Cultural do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (CCULT) daqui a cinco anos? Esta pergunta realizada em reunião ao final de 2013 pelo Vice-Diretor do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral) reflete o ponto de partida para o desenvolvimento desta Investigação.

O Centro Cultural UFPR Litoral é um órgão suplementar da UFPR Litoral localizado no município de Matinhos no Estado do Paraná (PR), criado em 13 de setembro de 2010, com a missão de ser um espaço multidisciplinar baseado no eixo ensino/pesquisa/extensão, democrático e de inclusão social por meio da cultura (UFPR LITORAL, [201-]a). Promove eventos culturais de natureza erudita e popular, oficinas semestrais, gratuitos e abertos a toda comunidade, gestados por pessoas da comunidade externa (voluntários), docentes, técnico-administrativos em educação e alunos da própria Universidade (UFPR LITORAL, [201-]a).

A UFPR Litoral foi concebida com o intuito de fomentar uma formação cidadã comprometida com o desenvolvimento sustentável da região litorânea paranaense, tida como uma região de notória carência de educação superior pública e de propostas viáveis de desenvolvimento sustentável (UFPR LITORAL, 2008a). Apresenta um Projeto Político Pedagógico (PPP) pautado pelos princípios do “comprometimento da Universidade com os interesses coletivos; a educação como totalidade; e, a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade” (UFPR LITORAL, 2008b, p. 09).

Como servidora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (BRASIL, 2012a) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Universitária (PPGAU) na linha de investigação Políticas Públicas e Sociedade, comecei a tecer reflexões sobre como a Política de Cultura da UFPR Litoral, por meio das ações desenvolvidas pelo Centro Cultural UFPR Litoral, vem se constituindo e como ela se relaciona com a proposta político-pedagógica do Setor Litoral.

A UFPR Litoral é parte integrante da Universidade Federal do Paraná, que possui uma unidade responsável por propor e coordenar a Política de Extensão e Cultura de toda a Universidade, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) (UFPR, 1991).

A Coordenadoria de Cultura, vinculada a PROEC, além de propor a Política de Cultura da Universidade, é responsável por “coordenar,

supervisionar e divulgar os trabalhos referentes às unidades artísticas; administrar os espaços culturais; e, desenvolver e fomentar projetos e atividades artísticas e culturais” (UFPR, 1991, Art. 39). Neste contexto, novos questionamentos surgiram: como a Política de Cultura da UFPR Litoral tem se relacionado com a Política de Cultura da Universidade?

O Plano Institucional de Cultura da UFPR (UFPR, 2015a), que está em discussão, foi fomentado pelo Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013b), que tem por objetivo criar Planos de Cultura nas instituições públicas de ensino superior e de educação profissional, científica e tecnológica. Este Programa (BRASIL, 2013b), por estar vinculado aos Ministérios da Cultura e da Educação, delinea diretrizes para a Política Institucional de Cultura da UFPR a partir da Política Pública de Cultura. Isto posto, novas reflexões surgiram: há alguma interação entre as diretrizes da Política Pública de Cultura e as diretrizes da Política de Cultura da UFPR? E com as diretrizes da Política de Cultura da UFPR Litoral?

Diante o exposto, realizei uma pesquisa na base de dados da Biblioteca da UFPR¹ (UFPR, [201-]a) para verificar a existência de estudos sobre a Política de Cultura da UFPR Litoral e, para minha surpresa, não encontrei pesquisas sobre esta temática. Sendo assim, ao ingressar no Mestrado Profissional em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, resolvi tornar esta temática objeto de minha Dissertação, tomando como ponto de partida a seguinte pergunta: Como vem se constituindo o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral a partir do olhar de seus gestores?

Isto posto, propus como objetivo geral deste Estudo: Compreender como vem se constituindo o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral a partir do olhar de seus gestores.

Delinee os seguintes objetivos específicos:

- (a) Descrever o processo histórico do Centro Cultural UFPR Litoral, bem como da Política de Cultura da UFPR Litoral;
- (b) Descrever a Política de Cultura da UFPR;
- (c) Conhecer a Política Pública de Cultura; e,
- (d) Propor ações para o fortalecimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.

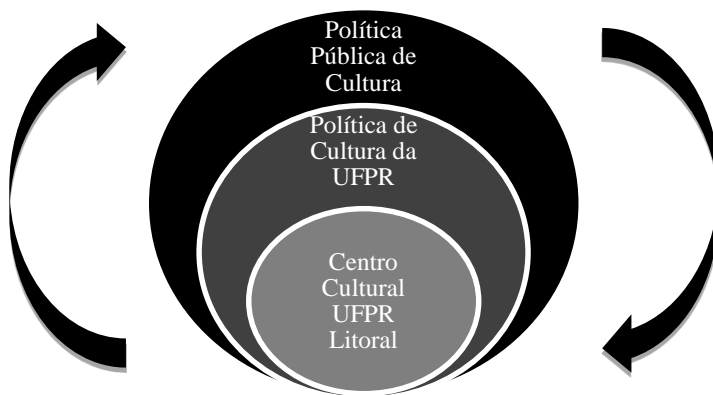
¹ A pesquisa utilizou como base os seguintes termos no campo de busca “título”: “cultura” e “política”, “cultura” e “UFPR”, “cultura” e “universidade”, “centro cultural”, “UFPR Litoral” (UFPR, [201-]a).

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, parti de minha realidade concreta, ou seja, o Centro Cultural UFPR Litoral e seu processo histórico de desenvolvimento. Em seguida, busquei conhecer a Política de Cultura da UFPR, bem como o desenvolvimento da Política Pública de Cultura. Após, voltei ao meu ponto de partida, buscando desvelar novos olhares que esta caminhada pôde me propiciar.

Este caminho teórico busca compreender um fenômeno a partir de sua realidade concreta, observando as diversas conexões, interações e interdependências construídas historicamente e que inferem sobre o fenômeno, dentro de uma ambiente complexo e dinâmico em que se estabelecem contradições (TRIVIÑOS,1987).

Sendo assim, tracei o seguinte caminho teórico. Vide Figura 01 – Caminho Teórico Proposto para este Estudo.

Figura 01 – Caminho Teórico Proposto para este Estudo



Fonte: Elaborado pela Autora.

Desenvolvi a presente Dissertação, estruturando-a nos seguintes capítulos:

- a) Capítulo 01 – O Centro Cultural UFPR Litoral. Parto da minha realidade concreta, o CCULT, fazendo um breve histórico da sua criação, sua estrutura física e organizacional, o público que atende, bem como as ações desenvolvidas.

- b) Capítulo 02 – A Política de Cultura da UFPR. Apresento um olhar sobre a Política de Cultura da UFPR, buscando compreender de que forma esta Política interage e se relaciona com a Política de Cultura da UFPR Litoral.
- c) Capítulo 03 – A Política Pública de Cultura. Apresento sinteticamente a Política Pública de Cultura com vistas a compreender as diretrizes da Política de Cultura da UFPR Litoral. Bem como, algumas concepções epistemológicas sobre a concepção de cultura.
- d) Capítulo 04 – Caminho Metodológico. Descrevo o caminho metodológico proposto no presente Estudo, identificando o tipo e natureza da pesquisa, os instrumentos para a coleta de informações e a análise das informações coletadas.
- e) Capítulo 05 – Análise das Informações Coletadas. Neste capítulo, analiso, à luz do referencial teórico, as informações coletadas, relacionando-as às categorias de análise previamente estabelecidas para esta Investigação.

Nas Considerações Finais, retomo o objetivo inicialmente proposto neste Estudo e apresento apontamentos, bem como proponho ações para o fortalecimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.

1. O CENTRO CULTURAL UFPR LITORAL

Em 01 de agosto de 2008, a comunidade acadêmica (alunos, docentes, técnico-administrativos em educação) da UFPR Litoral e representantes da comunidade externa promoveram uma manifestação com objetivo de reivindicar o passe livre dos estudantes no ferry boat que liga a cidade de Matinhos/PR à cidade de Guaratuba/PR, como também solicitar a cessão de três prédios públicos abandonados, para a utilização de atividades de ensino, cultura e lazer. Um desses prédios solicitados foi o do Centro de Convenções de Caiobá, localizado no bairro Tabuleiro da cidade de Matinhos/PR, que deveria ser transformado em um Centro de Artes (UFPR LITORAL, 2008a).

Porém, a ideia preliminar de criação de um Centro de Artes se transformou e o espaço foi inaugurado em setembro de 2010 como um Centro Cultural, da UFPR Litoral (UFPR LITORAL, [201-]a). Sua missão era ser um “espaço multidisciplinar baseado no eixo ensino – pesquisa – extensão, democrático e de inclusão social através da cultura, além de oferecer para a comunidade uma programação diversificada e gratuita” (UFPR LITORAL, [201-]a, s/p). Seus objetivos se constituem em:

[...] possibilitar que os espaços do Centro Cultural sejam amplamente utilizados por aulas práticas dos diferentes cursos, ICH², projetos de aprendizagem e de extensão. Além de fomentar eventos culturais de natureza erudita e popular, como: festivais, mostras, encontros, feiras, seminários, mesas-redondas e debates, priorizando a realização de eventos das linguagens artísticas. Sendo elas: artes visuais, cinema, dança, música e teatro. Inclui na proposta a viabilização de programas de capacitação na área cultural para o desenvolvimento sustentável: palestras, cursos, workshops e oficinas (UFPR LITORAL, [201-]a, s/p)

Todavia, ao final de 2013, a Prefeitura de Matinhos/PR solicitou a devolução do imóvel, alegando que o pedido de cessão do imóvel para a Universidade não havia ido à plenária para votação na Câmara Municipal de Matinhos, ou seja, a UFPR Litoral não tinha autorização para ocupar

²ICH – Interação Cultural e Humanística.

o imóvel e, por isso, precisaria devolvê-lo (ECO CENTRAL, 2014). Os servidores³ do Centro Cultural UFPR Litoral realizaram um abaixo-assinado em 10 de julho de 2014 solicitando ao Reitor da UFPR que reivindicasse a transferência do imóvel para a UFPR Litoral (UFPR LITORAL, 2014a).

Tal medida visava garantir a continuidade das ações desenvolvidas no CCULT que, além de atenderem majoritariamente a comunidade externa (78% dos participantes das atividades ofertadas pelo CCULT no 2º semestre de 2014 não possuíam vínculo efetivo com a Instituição), são consideradas de extrema relevância para o desenvolvimento social, cultural e regional da cidade de Matinhos/PR (UFPR LITORAL, 2014a).

No ano de 2014, o Centro Cultural UFPR Litoral disponibilizou 16 oficinas regulares, semanais, abertas e gratuitas à população, envolvendo atividades diversas tais como: capoeira, danças, canto coral, teatro, música, línguas, entre outros, além de promover inúmeros eventos, também abertos e gratuitos à população, como exposições de artes visuais, apresentações de dança, música e teatro, entre outras atividades (UFPR LITORAL, [201-]b).

Após quase um ano do pedido de devolução do imóvel, em 19 de novembro de 2014, a Universidade Federal do Paraná e a Prefeitura de Matinhos decidiram realizar um acordo de parceria para que o Centro Cultural UFPR Litoral fosse compartilhado entre ambas instâncias (UFPR, 2014b), porém o Espaço se encontra interditado desde novembro de 2014 (UFPR LITORAL, 2014d).

O Centro Cultural UFPR Litoral é um espaço amplo e conta com uma sala de música, uma sala de dança, uma sala de artes visuais, um teatro experimental e uma Biblioteca de Artes Visuais (UFPR LITORAL, [201-]a). Esta última foi viabilizada pelo edital Pró-Cultura de Estímulo às Artes Visuais do Ministério da Cultura (BRASIL, 2010a) e inaugurada em setembro de 2014. Seu acervo conta com mais de mil exemplares de livros de arte que estão disponíveis para consulta e empréstimo à comunidade universitária e para consulta ao público em geral (UFPR LITORAL, 2014c).

A equipe do CCULT conta com quatro servidores técnico-administrativos em educação (uma coordenadora, uma secretária executiva, uma administradora e uma assistente em administração) e, quatro servidores terceirizados (uma teleatendente, duas auxiliares de

³ Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público (BRASIL, 1990, Art. 2º).

limpeza e conservação, e um auxiliar de manutenção) (UFPR LITORAL, [201-Ja).

Em 2014, o Centro Cultural UFPR Litoral foi alocado como órgão suplementar da UFPR Litoral tendo em vista as características de suas atividades, consideradas de oferta não obrigatória pela Instituição (UFPR LITORAL, 2014b).

1.2. O SETOR LITORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A ideia da criação de uma sede da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no litoral do Estado do Paraná surgiu entre dezembro de 2001 a abril de 2002 no processo de desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Gestão 2002-2006 (UFPR LITORAL, 2008a) que, entre outras atribuições, almejava “dar atenção à regiões de notória carência de educação universitária pública e gratuita e de propostas viáveis de desenvolvimento sustentável” (UFPR LITORAL, 2008a, p. 03). Para realizar este desafio, a UFPR buscou a cooperação dos Governos Federal, Estadual e Municipal, além de se articular com lideranças dos mais diferentes movimentos e cidadãos interessados na causa. Desta maneira, o Projeto de criação de uma Universidade no Litoral do Paraná foi se consolidando na cidade de Matinhos/PR (UFPR LITORAL, 2008a).

Partindo do pressuposto que a sociedade contemporânea busca um novo olhar educacional que dê vazão a uma formação cidadã comprometida com o desenvolvimento sustentável (UFPR LITORAL, 2008a), os idealizadores do Projeto elaboraram um Projeto Político Pedagógico (UFPR LITORAL, 2008b) diferenciado com o intuito de atender as particularidades da região litorânea,

Com a missão de contribuir decisivamente com a Região Litorânea na geração de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, capaz de propiciar qualidade de vida compatível com a dignidade humana e a justiça social e, com uma moderna concepção de universidade que articula todos os níveis educacionais, da educação infantil à pós graduação, foi sendo concebido o projeto educacional que integra e articula as políticas públicas com os diferentes agentes educacionais e

demais forças vivas da sociedade (UFPR LITORAL, 2008a, p. 03)

A Universidade foi se estruturando por meio de projetos já que, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (UFPR LITORAL, 2008b, p. 03), este caminho “favorece uma forte interação das ações e atividades formativas da instituição com a comunidade e com a realidade regional”.

Embora o processo de construção da Universidade tenha se iniciado em 2001, a oficialização em âmbito institucional somente se deu em 2004 por meio da Resolução nº 39/04 (UFPR, 2004) que previa a construção do campus no Município de Matinhos/PR e o estabelecimento de uma comissão com o intuito de acompanhar e avaliar a implantação do Projeto da Universidade no Litoral Paranaense (UFPR LITORAL, 2008a). Tal Projeto foi inserido no contexto da expansão da educação superior pública e nas políticas públicas implantadas no Brasil a partir de 2004 por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007a).

Em março de 2005, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Governo do Estado do Paraná (representado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), o Município de Matinhos, a Universidade Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) com vistas à implementação de ações para ampliação do acesso à educação e o funcionamento da Universidade no Litoral com vigência de cinco anos (PARANÁ, 2005).

Neste Termo, ficou definido que o Governo Estadual seria o responsável pela cessão das instalações físicas do imóvel em que ficaria a Instituição; o Governo Municipal custearia as despesas com Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), água, luz e telefone, assim como vigilância, segurança e limpeza, além de ceder dois servidores para auxiliar nas atividades; a UFPR seria responsável pela implantação dos Cursos de Graduação em Bacharelado em Turismo, Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e Bacharelado em Gestão Ambiental e dos cursos Técnico em Transações Imobiliárias, Técnico em Aquicultura e Técnico em Enfermagem, além da disponibilização de servidores; ao CEFET-PR coube a instalação do Curso Técnico em Construção Civil, incluindo pessoal necessário; já a FAFIPAR ofereceria o Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia e funcionários para a consecução do mesmo (PARANÁ, 2005).

Diferentemente do que fora proposto no Termo de Cooperação (PARANÁ, 2005), o primeiro vestibular da UFPR Litoral disponibilizou

vagas para outros cursos, sendo 60 vagas para os Cursos de Graduação (Fisioterapia e Gestão Ambiental) e 131 vagas para os Cursos Profissionalizantes (Técnico em Agroecologia, Técnico em Enfermagem, Técnico em Hotelaria, Técnico em Transações Imobiliárias) (UFPR LITORAL, 2008a).

Em abril de 2007, o Reitor da UFPR pediu para que a Comissão de Implantação da Universidade no Litoral, juntamente com a atual direção do campus litoral, tomassem as providências para transformação do campus em setor (UFPR LITORAL, 2008a). Sendo assim, em 11 de maio de 2007, a Comissão encaminhou proposta ao Conselho Universitário da UFPR (COUN) para a transformação do Campus Litoral em setor, porém a aprovação se deu apenas em 05 de dezembro de 2007 (UFPR, 2007).

Na Resolução de criação do Setor (UFPR, 2007), ficou estabelecido o prazo até 30 de abril de 2008 para que a UFPR Litoral encaminhasse, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR (CEPE), proposta de normatização dos cursos e atividades segundo a legislação vigente e, ao Conselho de Planejamento e Administração da UFPR (COPLAD), a proposta de Regimento Interno (UFPR, 2007). Embora pertencendo a UFPR, a UFPR Litoral requereu autonomia para implantar seu Projeto Político Pedagógico (UFPR LITORAL, 2008b):

Buscando ser Setor ligado a Universidade Federal do Paraná comunga com esta Instituição certa homogeneização no que diz respeito a índole pedagógica e aos ideais de formação. Aceita dela algumas diretrizes que, construídas pela tradição, possibilitam o desenvolvimento de determinada modalidade de educação no nível do terceiro grau e médio. Entretanto, deseja autonomia para reger-se enquanto modelo administrativo, de modo a cooperar com a emancipação de uma forma flexível e múltipla que quer praticar no currículo (UFPR LITORAL, 2008a, p. 25).

Em março de 2008 foi realizada a primeira eleição para os cargos de Direção e Vice-Direção da UFPR Litoral (UFPR LITORAL, 2008a) e, em abril do mesmo ano, a UFPR Litoral encaminhou a proposta de seu Projeto Político Pedagógico para o CEPE, a qual foi aprovada na 2ª Câmara do CEPE em 16/06/2008 (UFPR LITORAL, 2008b).

O PPP da UFPR Litoral (UFPR LITORAL, 2008b, p. 09) foi desenvolvido com base nos seguintes princípios: “o comprometimento da Universidade com os interesses coletivos; a educação como totalidade; e,

a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade”.

Com base nos princípios, foram definidos os objetivos a serem alcançados pela UFPR Litoral que, além da formação e capacitação dos estudantes, estão previstos, entre outros:

[...] construir e difundir conhecimentos, entendendo-os em uma lógica dialética do global com o local, a partir de suas realidades concretas, possibilitando que os conhecimentos locais tencionem os globais e estimulem a criação e fortalecimento da cultura local, em um contexto de relações democráticas e éticas na perspectiva de participação dos diversos segmentos da sociedade; [...] [e] trabalhar articulada com a sociedade civil e Estado, em seus três níveis de organização, Municipal, Estadual e Federal, com o propósito de articular políticas públicas já existentes com as necessidades e possibilidades da Região focada, bem como a construção, em um devir histórico, de novas alternativas que possibilitem sua transformação (UFPR LITORAL, 2008b, p. 13).

A partir dos princípios e objetivos, foi elaborada a proposta pedagógica da UFPR Litoral, que tem como focos orientadores: “percepção crítica da realidade; aprofundamento metodológico e científico [e] transição para o exercício profissional” (UFPR LITORAL, 2008b, p. 30). Além de atividades diversificadas, como estágios de vivência e de aprimoramento, oficinas de teatro, dança, música, cinema, esportes, lazer e artesanato, entre outras.

As diretrizes curriculares foram organizadas em três fases, cada qual subdividida em três eixos estruturantes: 1ª fase - conhecer e compreender (um a dois semestres), 2ª fase - compreender e propor (um a quatro semestres) e 3ª fase - propor e agir (um a dois semestres). Já os eixos estruturantes se dividem em: Fundamento Teórico-Prático (FTP), Interação Cultural e Humanística (ICH) e Projeto de Aprendizagem (PA) (UFPR LITORAL, 2008b). Dentro de cada fase é trabalhado semanalmente cada um dos três eixos estruturantes. Os FTPs são os conhecimentos específicos necessários à formação de cada curso que buscam “atender tanto às diretrizes curriculares de cada curso, como propiciar os saberes necessários à execução dos projetos de aprendizagem” (UFPR LITORAL, 2008b, p. 31).

As ICHs se constituem em espaços de aprendizagem interdisciplinar, possibilitando a “articulação de diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais), [...] [buscando] um olhar mais amplo para a problemática cultural e humanística contemporânea” (UFPR LITORAL, 2008b, p. 31). Já os PA, propostos pelos alunos, visam antecipar e vivenciar de forma autônoma o exercício profissional, tornando-os corresponsáveis pela sua própria formação (UFPR LITORAL, 2008b, p.31).

Desta forma, a UFPR Litoral, através das ações e atividades que promove e sustenta, visa sensibilizar e despertar a comunidade acadêmica para compreensão da complexidade das questões sócio-político-culturais e ambientais, fazendo interlocuções com pessoas que fazem a diferença; colocando em discussão e aprofundamento temas que instigam; preparando e desafiando competências acerca de procedimentos que interrogam; ocupando e promovendo espaços e momentos que envolvem e articulam expressões e desejos humanos.

O sistema de avaliação também apresenta configuração própria, sendo este processual de múltiplos objetivos, por meio de indicadores progressivos: APL (Aprendizagem Plena)/Evolução Normal, AS (Aprendizagem Suficiente)/Evolução Mediada, APS (Aprendizagem Parcialmente Suficiente)/Semana de Estudos Intensivos e AI (Aprendizagem Insuficiente)/Re-periodização (UFPR LITORAL, 2008b).

Fazendo jus ao Projeto Político Pedagógico (UFPR LITORAL, 2008b), a gestão da UFPR Litoral foi concebida inicialmente com caráter orgânico e ontológico, baseando suas ações e decisões em processos coletivos e democráticos. A gestão se fundamenta na ampla participação da comunidade acadêmica em todas as instâncias e níveis de decisão, como no Conselho Diretivo (instância máxima de deliberação da UFPR Litoral), em que participam os docentes, técnico-administrativos em educação e representantes dos alunos, estes últimos por intermédio do Diretório Interdisciplinar dos Acadêmicos do Litoral (DIAL) (UFPR LITORAL, 2008a).

Porém, após um longo processo de discussão para a construção do Regimento do Setor, o processo foi iniciado em 2011 e aprovado em 05 de setembro de 2013, o Conselho Setorial passou a ser composto pelo

Diretor e Vice-Diretor, pelos Coordenadores das Câmaras Pedagógicas dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, por dois representantes dos docentes, dois representantes dos técnicos-administrativos em educação e por representantes dos discentes na proporção de $\frac{1}{5}$ (um quinto) do total dos membros do Conselho, embora os demais servidores e discentes possam participar com direito à voz (UFPR, 2013).

Assim que o Regimento Interno da UFPR Litoral (UFPR, 2013) foi concluído, foi possível iniciar o processo de organização administrativa. Vide Anexo A – Organograma da UFPR Litoral. São partes integrantes da estrutura administrativa: o Conselho Setorial (órgão consultivo e deliberativo), a Câmara Administrativa (órgão consultivo e propositivo), a Direção Setorial, a Secretaria do Setor, a Coordenação Administrativa (composta por seis unidades subordinadas), a Coordenação Acadêmica (com cinco unidades subordinadas), as Câmaras Pedagógicas dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e o Centro Cultural UFPR Litoral (órgão suplementar) (UFPR LITORAL, 2014b).

A UFPR Litoral (UFPR LITORAL, 2015a) oferece dois Cursos Tecnólogos (Agroecologia e Gestão de Turismo), nove Cursos de Graduação (Artes, Ciências, Educação Física, Gestão Ambiental, Gestão e Empreendedorismo, Gestão Pública, Linguagem e Comunicação, Saúde Coletiva e Serviço Social), seis Cursos de Especialização *latu sensu* (Educação Ambiental com ênfase em espaços educadores sustentáveis, Gênero e Diversidade, Gestão e Processo em Educação, Diversidade e Inclusão, A Questão Social na perspectiva interdisciplinar, Educação do Campo, Educação para a Diversidade com ênfase em direitos humanos) e um Curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável, além de dispor de um Curso de Caráter Especial (temporário) de Licenciatura em Educação no Campo com ênfase em ciências da natureza para atendimento do Programa Nacional de Educação do Campo (BRASIL, 2013a).

A UFPR Litoral (UFPR, [201-]d) possuía em 2014, 1.319 alunos matriculados no 2º semestre na graduação presencial, 933 alunos na especialização, 83 servidores técnico-administrativos em educação e 122 servidores docentes.

Diante do exposto, embora a UFPR Litoral apresente singularidades devido à sua peculiar realidade e ao seu Projeto Político Pedagógico (UFPR Litoral, 2008b), ela é parte integrante de uma realidade maior, a Universidade Federal do Paraná, que dispõe de órgãos responsáveis por elaborar as diretrizes das Políticas Institucionais, inclusive a de cultura, que reflete essencialmente no processo de

desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral, devido ao formalismo das legislações pertinentes.

2. A POLÍTICA DE CULTURA DA UFPR

A Política de Cultura da UFPR foi se constituindo por meio do processo histórico da própria Instituição. Resgatar este olhar, perpassa também em revisitar a história da instituição universidade mediante a sua relação com a sociedade.

Diferentemente de seus países vizinhos latinos, que já possuíam universidades desde o Século XVI, no Brasil as instituições universitárias foram criadas apenas no Século XX (PAULA, 2013). Durante o período de 1911 a 1915, aconteceu a Reforma Rivadavia⁴ (BRASIL, 1911) no Governo Federal que, baseada nos princípios positivistas, permitiu a criação de instituições de ensino particulares para promover o ensino secundário e superior no País (CURY, 2009).

Neste contexto, surge então a Universidade do Paraná, que foi fundada em 19 de dezembro de 1912, com o intuito de formar um cidadão culto, em detrimento de formar apenas um profissional especializado, visto que tal formação subsidiaria a ação no mundo do trabalho (UFPR,2012). Os primeiros cursos ofertados foram: “Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia, e, em 1914, Medicina e Cirurgia” (UFPR,2012, p. 08).

Porém, devido à dispersão e desqualificação formativa advinda da Reforma implantada no ensino superior (BRASIL, 1911), em 1915 houve o início do processo de retomada do poder do Estado na autorização e controle do ensino superior, restaurando assim a oficialização dos institutos de educação superior e realizando a equiparação das instituições privadas (CURY, 2009).

A Universidade do Paraná, por existir há apenas três anos, um dos critérios para a equiparação de universidade era o funcionamento por no mínimo cinco anos, corria sério risco de ser fechada (RAVAZOLI, 2011). Sendo assim, o Conselho da Universidade decidiu desmembrá-la em três faculdades autônomas (Medicina, Engenharia e Direito) com vistas à equiparação, contudo a direção administrativa permanecia única (RAVAZOLI, 2011). Em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.323/1946 (BRASIL, 1946a), a Universidade do Paraná conseguiu reestabelecer seu

⁴A Reforma Rivadavia tem sua origem com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911 (BRASIL, 1911), assinada pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Rivadavia da Cunha Corrêa, que retirava da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior, além de conceder autonomia didática e administrativa a essas instituições.

status de universidade livre e passou a vigorar com as seguintes finalidades: manter, desenvolver e aperfeiçoar o ensino no País, “incentivar a pesquisa e a cultura científica, literária, filosófica e artística; e, [...] concorrer para o engrandecimento material e espiritual da Nação” (BRASIL, 1946a, Art. 1º).

Com a aceleração do ritmo de desenvolvimento do País motivado pelo processo de industrialização e pelo crescimento econômico e, com o afloramento de discussões quando da tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961), diante das questões levantadas entre o antagonismo do ensino público e privado, houve uma preocupação do Governo Federal em federalizar algumas das já existentes universidades no País (FÁVERO, 2006), dentre elas a Universidade do Paraná (UFPR, [201-]c).

De acordo com o seu Estatuto (UFPR, [201-]b, Art. 2º), a UFPR destina-se a,

[...] Promover a educação, o ensino e o desenvolvimento tecnológico e a cultura filosófica, científica, literária e artística; formar profissionais, técnicos e cientistas; contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade sob a forma de cursos, estudos e serviços; e, desenvolver a pesquisa nas várias áreas de conhecimento.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016 (UFPR, 2012, p. 04), a UFPR tem como missão contribuir para “o desenvolvimento sustentável, priorizando a formação continuada do profissional cidadão e produzindo, socializando e apropriando o conhecimento de forma articulada com os demais segmentos da Sociedade, sendo referência no Brasil”.

Diante do seu processo histórico, a UFPR buscou consolidar sua inserção no interior do Estado, obtendo avanços significativos nos últimos anos: em 1993, com a criação do Campus Palotina e de Centros de Pesquisa Agrícola e Florestal; em 1994, com a inauguração da Escola Técnica; em 1997, com a criação do Campus Jardim Botânico; e, em 2005, com a implantação da UFPR Litoral (UFPR, 2012).

A UFPR apresenta, segundo dados do Relatório de Gestão de 2014 (UFPR, 2015e), um total de 303 edificações, 446.941,84 m² de área construída e 11.037.050,51 m² de área do terreno e uma comunidade de 36.503 discentes de graduação e pós-graduação e 6.189 servidores docentes e técnico-administrativos em educação.

Em sua estrutura organizacional, a Administração e a Coordenação das Atividades Universitárias se dão em dois níveis: a Administração Superior e Administração Setorial (UFPR, [201-]b). A Administração Superior se divide em órgãos normativos, deliberativos e consultivos que visam instituir as políticas gerais da Universidade, que seriam o Conselho Universitário, o Conselho de Planejamento e Administração, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Curadores (CONCUR), e um órgão executivo (Reitoria) que tem por objetivo implementar as políticas definidas pelos conselhos superiores da Instituição (UFPR, [201-]b). A Administração Setorial tem por finalidade “estabelecer o regime de cooperação entre os docentes de modo a favorecer a interdisciplinaridade e a integração do ensino, pesquisa e extensão” (UFPR, [201-]b, Art. 32). Neste contexto, vide Anexo B – Organograma da UFPR.

As estratégias estabelecidas pela Reitoria e Pró-Reitorias se aplicam transversalmente a todo o conjunto das unidades da UFPR ou parte delas, já as traçadas pelos Setores e Campi têm abrangência interna e visam contribuir para o atendimento de suas atividades-fim (UFPR, 2015e).

A Administração Setorial é composta por quatorze setores de ensino, organizados administrativamente pelo Conselho Setorial (órgão deliberativo e consultivo das unidades universitárias) e pela Diretoria (órgão executivo e de coordenação, fiscalização e superintendência das atividades das unidades) (UFPR, [201-]b), são eles:

- a) Setor de Ciências Exatas;
- b) Setor de Ciências Biológicas;
- c) Setor de Ciências Humanas e Letras;
- d) Setor de Educação;
- e) Setor de Ciências Sociais Aplicadas;
- f) Setor de Ciências da Saúde;
- g) Setor de Tecnologia;
- h) Setor de Ciências Agrárias;
- i) Setor de Ciências Jurídicas;
- j) Setor de Educação Profissional e Tecnológica;
- k) Setor de Ciências da Terra;
- l) Setor Litoral;
- m) Setor Palotina; e,
- n) Setor de Artes, Comunicação e Design.

Já a Reitoria é composta pelo Conselho de Direção, Gabinete do Reitor, Gabinete do Vice-Reitor, sete Pró-Reitorias⁵ e uma Superintendência de Infraestrutura, além de órgãos de administração geral e suplementares (UFPR, 1991).

Dentre as sete Pró-Reitorias existentes na UFPR, uma se destina à coordenação geral da Política de Extensão e de Cultura da Universidade, ou seja, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, criada em 1990 (UFPR, 1991).

Compete a PROEC (UFPR, 2015e, p. 47),

[...] reger atividades de extensão universitária, desenvolvidas por meio de programas, projetos, cursos, eventos e ações complementares, visando a socialização do conhecimento acadêmico e a interação com a sociedade, com ênfase na melhoria da qualidade de vida da população, por intermédio de atividades de educação continuada nas diferentes áreas do conhecimento, da articulação com movimentos sociais, de programação cultural, da difusão científica e tecnológica, da promoção do desporto e lazer e da integração com a educação básica.

A PROEC é composta por uma Secretaria Administrativa do Gabinete, por uma Seção de Controle e Execução Orçamentária e Financeira, por uma Unidade Gráfica, pela Coordenadoria de Extensão, pela Coordenadoria de Cultura e por uma Coordenadoria de Políticas Sociais. Além de contar com dois órgãos suplementares, a Editora da Universidade Federal do Paraná e o Museu de Arqueologia e Artes Populares (UFPR, 2015f). Vide Anexo C – Organograma da PROEC.

No contexto da estrutura da PROEC, a Coordenadoria de Cultura tem por meio da sua intencionalidade institucional o desenvolvimento das diretrizes da Política de Cultura da UFPR. É responsável por “propor a política de cultura da Universidade; coordenar, supervisionar e divulgar os trabalhos referentes às unidades artísticas; administrar os espaços culturais; e, desenvolver e fomentar projetos e atividades artísticas e culturais” (UFPR, 1991, Art. 39).

⁵ Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (UFPR, 1991).

A Coordenadoria de Cultura tem como foco “produzir, promover e difundir a arte e a cultura dentro e fora do ambiente universitário, divulgando a música, as artes visuais, as artes cênicas e a dança” (UFPR, 2015d, s/p). É responsável pelos Grupos Artísticos (Coro, Madrigal, Têssera Companhia de Dança, Cia de Teatro PalavrAção, Orquestra Filarmônica e Grupo de MPB), pelo Festival de Inverno da UFPR e por três espaços culturais: o Museu de Arte da UFPR (MUSA), o Teatro da Reitoria e o Teatro Experimental da UFPR (TEUNI). Cabe salientar que o surgimento de alguns desses grupos artísticos antecedeu a própria criação da PROEC, como é o caso do Coro (fundado em 1958) e da Orquestra Filarmônica (fundada em 1962), ou seja, a UFPR já desenvolvia ações artísticas e culturais desde a década de 1950, mas sem que houvesse uma centralização administrativa no gerenciamento dessas ações.

Em 2014, a Coordenadoria de Cultura promoveu 121 apresentações gratuitas dos grupos artísticos e atividades formativas. Já os Museus desenvolveram exposições, visitas guiadas, mesas redondas, eventos, ciclos de exibição de filmes e elaboraram o protótipo de dois jogos eletrônicos. Desenvolveu o Festival de Inverno da UFPR, que contou com aproximadamente 30 oficinas que abrangeram diversas linguagens artísticas e foram desenvolvidas por ministrantes de vários lugares do País (UFPR, 2015d).

As ações promovidas pela Coordenadoria da Cultura fomentam as diretrizes da Política de Cultura da UFPR. Resgatando Heidemann (2014), uma política pública pode ser caracterizada pela ação e intenção de intervir na sociedade, inclusive por meio da oferta de bens e serviços.

O Corredor Cultural em Curitiba/PR e o Plano Institucional de Cultura (PIC) (UFPR, 2015a; 2015c) são outras ações da Coordenadoria de Cultura que materializam a essência da Política de Cultura da UFPR. O Corredor Cultural tem por objetivo “articular a participação de instituições públicas e privadas em ações práticas voltadas ao fortalecimento da diversidade cultural, da cidadania e da economia na cidade” (UFPR, 2015c, s/p). Já o Plano de Cultura da Instituição (UFPR, 2015a) tem sua origem no Programa Mais Cultura nas Universidades⁶

⁶ O Programa Mais Cultura nas Universidades foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 18/2013 (BRASIL, 2013b, p. 102), em uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MINC), que tem por finalidade “desenvolver e fortalecer a formação de cidadãos no campo da arte e da cultura no Brasil, nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, gerando

(BRASIL, 2013b), que tem por objetivo criar Planos de Cultura nas instituições públicas de ensino superior e de educação profissional, científica e tecnológica, sendo estes definidos pelos programas, projetos e ações culturais que busquem valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural nas instituições por um período máximo de dois anos (BRASIL, 2014c).

Para estabelecer as diretrizes gerais e os instrumentos de construção do referido Plano (UFPR, 2015a), foi formada uma Comissão para Elaboração e Proposta do Plano de Cultura na UFPR, designada por meio da Portaria nº 1.512/2015 (UFPR, 2015b), coordenada pela Pró-Reitora de Extensão e Cultura, e da qual participaram a UFPR Litoral, o Setor de Educação, o Setor de Educação Profissional e Tecnológica, o Setor de Jurídicas, o Setor de Artes Comunicação e Design, o Setor de Ciências Humanas e representantes das unidades da PROEC e do Diretório Central dos Estudantes da UFPR. O Plano (UFPR, 2015a, s/p) tem por objetivo “consolidar ações culturais na região do litoral e paralelamente construir o Plano Institucional de Cultura para a Universidade, com vistas a expandir as ações para outras regiões do Estado”.

Neste contexto, a Política Pública de Cultura, expressa pelo Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013b), acaba por delinear as diretrizes da Política de Cultura da UFPR. Entretanto, a universidade, por ser uma instituição social diferenciada, caracterizada por sua autonomia intelectual, pode se relacionar com o Estado e com a sociedade de maneira indagadora (CHAUÍ, 2009), ou seja, pode legitimar e questionar as diretrizes constituídas pelas políticas públicas.

O ato de legitimar e questionar as diretrizes constituídas pelas políticas públicas se materializa por meio do processo da gestão universitária, que é um processo complexo, compreendido por um fluxo de subprocessos integrados e recursivos, que se influenciam mutuamente de forma nem sempre linear, definidos pelas ações de “planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da comunidade acadêmica e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos” (BERGUE, 2011; SCHLICKMANN; MELLO, 2013, p. 09).

Todavia, estas ações que integram o processo da gestão universitária acabam sendo expressões dos quadros referenciais teóricos (conhecimentos e teorias acumulados durante a vida) dos gestores que as coordenam, conforme aponta Denhardt (2012, p. 03),

condições para fortalecer seus agentes e meios de atuação e inovação nas diversas esferas e escalas do desenvolvimento territorial do país”.

[...] essas teorias não existem separadas da prática; elas se relacionam integralmente à maneira como atuamos enquanto membros ou usuários das organizações públicas. Cada uma de nossas ações acontece dentro do quadro referencial de teorias que sustentamos, ou, mais precisamente, como uma expressão de nossas posições teóricas.

Contudo, cabe ao gestor, enquanto ator social, compreender a natureza e as propriedades da dinâmica organizacional/institucional neste espaço de interações (BERGUE, 2011).

Isto posto, partindo do contexto deste Estudo, no que tange à Política Institucional, a gestão de uma instituição universitária acaba por se conceber como um processo singular, mediado pelas complexas interações que a universidade mantém com a sociedade, e com o Estado, bem como pela sua missão de produtora de conhecimento. Falar de gestão universitária é falar de uma gestão peculiar que se diferencia de qualquer outra organização/instituição, devido a sua natureza de instituição social (CHAUI, 2003). Muito além do instituído pela Política Pública, representada pelo Estado, a gestão universitária vivencia a dualidade do que é necessário fazer e do que potencialmente deseja concretizar, indo ao encontro dos preceitos das suas próprias raízes, que a define.

Diante do formalismo da Lei, a Política Pública de Cultura delinea as diretrizes da Política de Cultura da UFPR que, por meio do processo da gestão universitária, manifestam-se em ações que potencializam o desenvolvimento institucional.

3. A POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

A cultura, como política pública, é um processo histórico e social que adveio com o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, possibilitando o surgimento de um mercado de bens simbólicos, onde atuaram agentes produtores, distribuidores, comercializadores e consumidores da cultura, já que a política só consegue existir, segundo Castanho (1987), quando há uma funcionalidade, quando são definidas suas unidades mínimas de prestação, suas agências de intermediação e seus beneficiários.

De acordo com Castanho (1987), no âmbito da sociedade civil, um movimento cultural que teve grande repercussão como ação embrionária da Política Pública de Cultura foi a Primeira Semana de Arte Moderna que ocorreu em São Paulo no ano de 1922. Considerada o marco formal do modernismo, reuniu artistas e intelectuais que buscaram valorizar a tradição por nela encontrar raízes culturais do País (nacionalismo), ao mesmo tempo em que promoveram a ruptura por meio da inserção na civilização industrial.

Mas é apenas na década seguinte que ocorre o marco legal no processo histórico de desenvolvimento da Política Nacional de Cultura, quando a Constituição de 1934 (BRASIL, 1934) introduz, na prática legislativa, um capítulo específico de cultura. Conforme o texto constitucional (BRASIL, 1934, Art. 148), o Estado ficou responsável por “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”.

Para os educadores-reformadores, a cultura era vista como parte integrante do processo educacional (AZEVEDO et al, 2010), para os intelectuais focados na desmistificação do passado brasileiro, inspirados em estudos antropológicos americanos, a cultura vai se ligar a um processo de busca pela identidade do ser brasileiro (CASTANHO, 1987).

O período de 1930 a 1937 foi marcado por intensas disputas políticas, pelo fortalecimento dos movimentos sociais e da participação política da sociedade civil, pela consolidação de uma democracia populista e de uma política voltada para as massas, como também pelo crescente processo de industrialização, urbanização e construção de um estado nacional centralizado política e administrativamente (CASTANHO, 1987; PANDOLFI, 2003; RUBIM, 2007).

Entretanto, com o acirramento das disputas políticas, principalmente em virtude das tentativas de instalar um governo comunista liderado pela Aliança Nacional Libertadora (PANDOLFI, 2003), em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fecha o Congresso Nacional com o apoio de militares e instala o Estado Novo (1937-1945), criando uma nova Constituição (BRASIL, 1937a), passando a governar por meio da promulgação de Decretos-leis, dando por encerrado seu mandato democrático que havia iniciado em 1930 (PALMA FILHO, 2005).

A Constituição de 1937 (BRASIL, 1937a), em seu preâmbulo, justifica o Golpe Militar pela necessidade de manter a paz social e política aspirada pela sociedade brasileira, como também de preservar a segurança e promover o bem estar social e a prosperidade da Nação. A cultura, naquela época, segundo Castanho (1987, p. 49), era vista com um caráter paternalista assistencialista, em uma “linha ambígua e oscilante entre o preservacionismo nacional-cultural e o controle censório e inculcador de cunho fascista”.

Para Castanho (1987), o texto Constitucional (BRASIL, 1937a) delimita que a arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e de grupos e associações, sendo dever do Estado contribuir direta ou indiretamente para o estímulo e desenvolvimento delas, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino, como também preservar os monumentos históricos, artísticos e naturais.

Com o intuito de preservar o patrimônio cultural brasileiro, é criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (BRASIL, 1937b), transformado em 1970 em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 1970), que passa a construir a memória social do povo brasileiro, colaborando para a formação de uma identidade nacional.

A preservação torna-se algo a ser perseguido, a fim de garantir os testemunhos do passado, seja para referenciar a história, seja para expressar uma arte ou, mesmo, como condição necessária para ligar os indivíduos, pelo trabalho da memória, ao seu passado mais próximo que é vivido afetivamente (BORGES, 1989, p. 117).

Já no ano seguinte, em 1938, surge o Conselho Nacional de Cultura (CNC), por meio do Decreto-Lei nº 526/1938 (BRASIL, 1938), que

visava coordenar todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, sendo este definido pelas atividades de produção filosófica, científica, literária e artística, de conservação do patrimônio cultural (patrimônio histórico, artístico, documentário, bibliográfico, entre outros), de intercâmbio intelectual, de difusão cultural entre as massas, de propaganda e campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias, de educação cívica, física e de recreação individual ou coletiva.

E, em 1939, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (BRASIL, 1939), que tem por intuito fiscalizar as atividades de imprensa e propaganda exercidas no Brasil. Segundo Rubim (2007) e Castanho (1989), o DIP buscava, simultaneamente, reprimir e cooptar o meio cultural, seus intelectuais, artistas e criadores.

Durante o período de 1937 a 1945, conforme aponta RUBIM (2007, p. 16), “a política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro”. O Estado Nacional interviu fortemente na área cultural, burocratizando-a e reprimindo-a, pois via no controle sobre os processos culturais os meios necessários para a manutenção do poder, necessária para o fortalecimento de um governo ditatorial (RUBIM, 2007).

A Constituição de 1946 (BRASIL, 1946b) trilha por um caminho híbrido entre uma concepção liberal e social no que tange à cultura, defendendo a liberdade das ciências, das letras e das artes e reafirmando que é dever do Estado o amparo à cultura, bem como a preservação do patrimônio histórico, artístico e natural, e institui que o Estado procederá à criação de institutos de pesquisas, preferencialmente junto aos estabelecimentos de ensino superior.

Em 1955 é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), conforme previsto no texto Constitucional de 1946 (BRASIL, 1946b), objetivando “a análise e a compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional” (BRASIL, 1955, Art. 2º). Em sua composição, a direção ficava a cargo de um Conselho Curador, cujos membros eram intelectuais escolhidos por sua notória competência nos assuntos que constituíam o objeto das atividades do ISEB.

Rubim (2007) destaca que o ISEB, embora não tenha sido criado com o intuito de formular e implementar políticas culturais, acabou por impactar fortemente o campo cultural, já que contribuiu para a criação do ideário nacional-desenvolvimentista no País ao realizar pesquisas e reflexões sobre a realidade brasileira.

Neste contexto, junto ao ambiente universitário, estudantes passaram a defender o interesse das classes populares. Ocorreram Seminários Nacionais da Reforma Universitária no Brasil, promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que defendiam a luta pela democratização do ensino, visando com que a universidade se comprometesse com as classes populares, com a cultura popular (BEMVENUTI, 2006). De acordo com Paula (2013, p.15), a luta pela Reforma Universitária “foi parte de uma progressiva aproximação das lutas estudantis e das lutas gerais pela transformação brasileira”, por meio da aliança entre estudantes, operários, camponeses e a sociedade civil que buscava uma identidade de povo.

Um exemplo concreto da tentativa de aproximação dos estudantes com as classes populares foi a criação do Centro Popular de Cultura da UNE em 1961 que, por meio da arte e literatura, “buscou levar às favelas e às aglomerações populares o esclarecimento, a denúncia, o protesto, a propaganda de uma nova sociedade, que era possível ser construída” (PAULA, 2013, p.15).

Para Castanho (1987), a cultura popular era não somente a crítica da maneira como se pensava folclórica e ingenuamente a cultura do povo brasileiro, mas também sobre usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares e pretendia-se, por meio da cultura, compreendida pela formação da consciência ativa das massas, transformar as ordens das relações de poder e a própria vida do País.

Toda essa efervescência de movimentos culturais paralelos à ideologia do Estado conservador contribuiu para o aprimoramento do movimento da cultura de massa, na perspectiva também de que os produtos culturais passassem de objetos sagrados a objetos de consumo (ALBUQUERQUE JR, 2007). De acordo com Bourdieu (2005), os produtos culturais podem ser entendidos por bens simbólicos que possuem tanto valor mercantil (mercadoria), quanto valor cultural (significação), como obras de arte, livros, entre outros.

Em 1964 ocorreu o Golpe Militar⁷ a partir de um ato simbólico, de ocupação da Universidade de Brasília que expressava a consolidação das reivindicações dos movimentos culturais (CASTANHO, 1987). A partir deste período histórico do Brasil, a cultura, que estava se constituindo na

⁷ O Golpe Militar, que marcou o início do Regime Militar (1964 a 1985), foi uma atitude liderada pelos grupos conservadores do País - União Democrática Nacional, setores das forças armadas, igreja católica, proprietários rurais, empresariado nacional e investidores internacionais – contra a democracia social, embrionária do Governo de João Goulart (1961 a 1964) (DELGADO, 2009).

sociedade civil, passa a ser severamente reprimida, como foco de planejamento estatal com o intuito de integrar a Nação.

Com o Golpe Militar de 1964, veio a Lei da Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968), que volta a universidade para a pesquisa e formação de profissionais para o mercado de trabalho, instituindo a racionalidade financeira como condição para a gestão de recursos materiais e de pessoas, incluindo dentro do rol de cursos a serem ofertados pelas instituições, os de extensão.

Com a Reforma Universitária (BRASIL, 1968), a extensão é contextualizada como resultado das atividades de pesquisa inerente a Universidade, por meio também de ações culturais, artísticas, cívicas e desportivas, sob a perspectiva da transmissão do saber a fim de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País.

O Governo Federal, com o Golpe Militar, reprimia o processo cultural popular, com vistas à obtenção de consenso social, por meio do estímulo a ações que desempenhem sua função de integração nacional, característico de governos autoritários (BARBALHO, 2007; CASTANHO, 1987).

Neste contexto, em 1966 é criado o Conselho Federal de Cultura, por meio do Decreto-Lei nº 74/1966 (BRASIL, 1966), reunindo intelectuais renomados e de perfil tradicional para elaborar as diretrizes da política cultural (BARBALHO, 2007). De acordo com o Decreto em comento (BRASIL, 1966), o Conselho tinha por objetivos: formular a política cultural nacional e elaborar o Plano Nacional da Cultura; coordenar e executar programas culturais em articulação com os órgãos governamentais e instituições educacionais e culturais; reconhecer as instituições culturais; promover o desenvolvimento cultural e artístico, bem como a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, além de estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura.

Embora tenham sido apresentados planos de cultura pelo Conselho ao Governo em 1968, 1969 e 1973, não foram colocados em prática integralmente. De acordo com Calabre (2007), por serem os propositores dos planos intelectuais tradicionais, a questão central dos planos girou em torno da recuperação das instituições nacionais, como a Biblioteca Nacional, com o intuito de que pudessem exercer o papel de construtores das políticas nacionais para suas respectivas áreas de atuação.

Em 1975 é aprovado o I Plano Nacional de Cultura (PNC), dentro de um clima otimista gerado pelo milagre econômico brasileiro⁸, foi

⁸ O milagre econômico brasileiro foi o período chamado em que houve um grande crescimento econômico no País (CASTANHO, 1989).

possível conciliar os desejos dos intelectuais tradicionais (preservação da memória cultural da Nação) e dos modernizadores (ativação do mercado cultural), refletidos nos objetivos definidos para a Política Nacional de Cultura, de preservar o patrimônio cultural brasileiro, apoiar a produção artística e popular, e difundir a cultura pelos meios de comunicação de massa (CASTANHO, 1987).

Para viabilizar a unificação da política cultural em todo território brasileiro, Barbalho (2007) registra que o Governo Federal promoveu encontros nacionais de cultura com a participação de representantes de todos os estados da federação, como o Encontro de Secretários de Cultura realizado em 1976 sob o tema Política Integrada de Cultura. Na visão de Calabre (2007), este Encontro deu origem a um fórum de discussão ativo, contribuindo para reforçar a ideia da criação de um ministério exclusivo para tratar da cultura.

Com o fim do Regime Militar em 1985, a política de desenvolvimento de cultura redefine suas prioridades. É criada a Secretaria de Assuntos Culturais por meio do Decreto nº 81.454/1978 (BRASIL, 1978, Art. 22), cuja finalidade era “planejar, coordenar e supervisionar a execução da política cultural e das atividades relativas à cultura em âmbito nacional e prestar cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais”.

Segundo Castanho (1987), as linhas condutoras desta Secretaria (BRASIL, 1978) eram a institucional (destinada à promoção de eventos, apoio à produção artística, incentivo à difusão cultural) e a comunitária (voltada para as camadas de baixa renda e tem por objetivos a transformação da produção popular em bens rentáveis e a promoção da cultura de subsistência) que serviu como reforço, e não superação, do conflito entre a cultura de elite e a cultura das classes menos favorecidas.

Entre o término do Regime Militar (1985) e início da República (1986), com a ascensão do projeto hegemônico de País, a cultura passou por momentos de redefinições. As discussões se tornaram mais intensas e possibilitou a efervescência de novas ideologias (CASTANHO, 1987).

Neste contexto, os secretários estaduais de cultura e alguns setores artísticos e intelectuais do País pressionaram o novo Governo democrático para que este reconhecesse a cultura e a contemplasse com um ministério particular, originando então a criação do Ministério da Cultura em 1985 (RUBIM, 2007). As áreas de competência abrangidas pelo MINC foram definidas como: letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional, além do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural (BRASIL, 1985).

Em 1986, por meio da Lei nº 7.505/1986 (BRASIL, 1986), são potencializados incentivos fiscais para o financiamento da cultura. De maneira geral, a referida Lei (BRASIL, 1986) acabou por inaugurar o marketing cultural⁹. Ao Estado coube o controle do planejamento da cultura como um todo, o controle de quem pode produzi-la e sob quais condições e limites ela é financiável. Já ao mercado coube a avaliação e seleção dos bens culturais a serem produzidos e consumidos (CASTANHO, 1987).

Neste mesmo ano, em 1986, ocorreu a IV Conferência Brasileira de Educação que propôs, por meio da publicação da Carta de Goiânia (CBE, 1986), reivindicar a necessidade de participação das universidades públicas na elaboração e, principalmente, na execução da política cultural, científica e tecnológica. A Carta de Goiânia (CBE, 1986) possibilitou ações, como a constituição de fóruns de extensão universitária, repensando também o processo da política cultural, agora por meio do olhar do contexto universitário.

Com a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a cultura é situada como dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os quais devem proporcionar meios de acesso e legislação.

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...] O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988, Art. 215).

De acordo com Rodrigues (2003), o novo Governo eleito pós Carta Magna (BRASIL, 1988) não apresentou nenhuma proposta concreta para a área social, apenas teve início no MEC uma intensa discussão sobre a autonomia da universidade pública, sendo que a luta social e cultural ficou a cargo dos novos interlocutores sociais que emergiram com o alargamento da sociedade e com o crescimento do papel político e social dos organismos não-governamentais, para os quais a questão educacional e social eram tidas como problemas centrais do País.

⁹ Marketing Cultural é o investimento em projetos culturais realizado por organizações com o intuito de promover sua imagem e marca no mercado (CALABRE, 2007).

O início da década de 90 foi marcado pelo grande desmonte da área da cultura, devido ao fechamento do MINC e à transformação deste em uma secretaria, além da extinção de inúmeros órgãos, a exemplo da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE)¹⁰ e Fundação Pró-Memória¹¹ (RUBIM, 2007).

No contexto do cenário da Política Pública da Cultura, cabe destacar a Lei nº 8.313/1991 (BRASIL, 1991) que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, tendo por objetivo:

[...] incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, de caráter privado, como através de contribuições ao FNC¹² [...]. (BRASIL, 1991, Art. 18).

Esse mecanismo de renúncia fiscal, já contemplado por meio da Lei nº 7.505/1986 (BRASIL, 1986), continuou por transferir ao mercado o poder de decisão da política cultural, já que a ele cabe decidir qual projeto será financiado ou não. Conforme aponta Rubim (2007), essa nova Lei (BRASIL, 1991) diminuiu o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializou o do mercado, sem exigir deste a contrapartida pelo uso de recursos privados. A combinação entre a escassez de recursos públicos e a afinidade desta lógica de financiamento com os princípios neoliberais¹³ vigentes no País, à época, fez com que parte dos criadores e produtores culturais passassem a identificar políticas

¹⁰ A FUNARTE (BRASIL, 1975, Art. 1º) foi criada com finalidade de “promover, incentivar e amparar, em todo o território nacional, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas, resguardada a liberdade de criação”.

¹¹ A Fundação Pró-Memória (BRASIL, 1979, Art. 1º) destinava-se a “contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País”.

¹² O Fundo Nacional de Cultura (FNC) (BRASIL, 1991) foi criado com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais que estejam de acordo com as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura.

¹³ O neoliberalismo é uma ideologia que defende a mínima participação do Estado como agente produtivo e regulamentador da economia e na promoção do bem-estar, potencializando a participação do capital privado na economia (CERQUEIRA, 2008).

culturais tão somente como leis de incentivo, reafirmando a lógica já instituída em governos anteriores de ausência de intervenção do Estado nas políticas culturais.

No VI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, ocorrido em 1992, com tema Universidade e Cultura (FORPROEX, 1992), foi discutida a relação da cultura e da atividade de extensão. De acordo com Rodrigues (2003, p. 161), a escolha do tema para o Encontro foi influenciada pela implementação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (BRASIL, 1991) e pelo fato de que a discussão sobre cultura possibilitaria “a construção de um projeto de identidade, de uma universidade historicamente situada, efetivamente articulada no seu trabalho frente à sociedade”.

Algumas propostas defendidas pelo Fórum (FORPROEX, 1992), culminaram em resultados no início de 1993, como a institucionalização da extensão por meio da criação da Divisão de Extensão e Graduação junto a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) e da instituição de uma Comissão de Extensão Universitária, cujo objetivo era voltado à elaboração de programas específicos que definissem princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas instituições de ensino superior baseados nas deliberações e recomendações dos Encontros Nacionais do FORPROEX. O trabalho desta Comissão resultou em propostas que se tornaram a forma de apoio institucional que o MEC daria à extensão, ou seja, por meio da publicação de editais que visavam selecionar algumas ações de extensão, que seriam propostas por universidades públicas, para que estas recebessem recursos orçamentários para sua execução (RODRIGUES, 2003).

A relação cultura, extensão e política pública foi permeada pelo reflexo do modo de produção capitalista neoliberal na década de 90, situando a universidade como dispendiosa aos gastos públicos, tendo que se reorganizar mediante o processo de racionalização financeira vivenciado a época (BÚRIGO, 2003).

De acordo com Tavares (1997), as propostas de reestruturação da universidade pública colocaram a extensão universitária como uma terceira função, oscilando entre a ação assistencialista voltada às camadas carentes da população visando a divulgação da ideologia dominante e a venda de serviços com o intuito de arrecadar recursos para a manutenção da universidade pública, como um real processo de privatização do espaço público.

Em 1998, foi aprovado o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 1998) que tomou por princípio ser imprescindível à formação do profissional cidadão sua interação com a sociedade, seja para

se situar histórica e culturalmente, seja para referenciar sua formação técnica, e que essa interação é viabilizada pela extensão, que se configura assim como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

Neste mesmo ano, foi aprovado também o Sistema de Dados e Informações no Encontro Extraordinário do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1998). Este Sistema objetivou organizar as informações da extensão universitária, favorecendo estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária brasileira, bem como articular indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática. A cultura passa a ser considerada uma área temática de atuação da extensão, sendo esta caracterizada por programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produções e publicações.

Assim, ao final da década de 90, a atividade de extensão universitária já se encontrava consolidada institucionalmente, pois estava assegurada no âmbito legislativo federal, incorporada ao Plano Nacional da Educação (PNE) (BRASIL, 2001) para o decênio 2001 a 2010, e regulamentada pelos trabalhos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007). Já a política cultural continuou restrita às leis de incentivo fiscal, que minimizou o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializou a intervenção do mercado, sem exigir deste a contrapartida pelo uso dos recursos públicos (DUTRA; SILVA, 2012; RUBIM, 2007).

Todavia, já na década seguinte, há uma retomada do papel do Estado na formulação de políticas culturais e a cultura passa a ser foco de institucionalização (DUTRA; SILVA, 2012). Em 2010, foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010b), com duração prevista de 10 (dez) anos, cuja elaboração se iniciou em 2005 por meio de Conferências Nacionais, Municipais, Intermunicipais, Estaduais e Setoriais, de modo a abranger os diversos setores da sociedade (BRASIL, 2006a).

O Plano em comento (BRASIL, 2010b, s/p), sob o pretexto de “valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira”, definiu por objetivos, entre outros, a articulação entre arte, cultura e educação, o desenvolvimento da economia da cultura, do mercado interno e do consumo cultural, além da necessidade de qualificação, profissionalização, democratização e descentralização da gestão na área cultural.

A concepção de cultura constante no PNC (BRASIL, 2010b) passa a englobar a concepção de cidadania cultural, que diz respeito ao exercício dos direitos culturais. Neste contexto, compete ao Estado:

[...] Ampliar e permitir o acesso compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes (BRASIL, 2010b, Anexo).

Dessa forma, para a execução do referido Plano (BRASIL, 2010b, Art. 6), ficou estabelecido que o Ministério da Cultura, coordenador executivo do Plano Nacional de Cultura, “deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura”.

Embora tenha havido todo um movimento democrático para o estabelecimento de uma política cultural, conforme observado no processo de criação do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010b), não houve mudanças substanciais nas leis de incentivo à cultura e acabou por se instituir uma política de editais¹⁴. Conforme apontam Dutra e Silva (2012), a concepção ampliada de cultura presente na Política Pública, embasada no olhar antropológico, ficou renegada apenas ao discurso.

A política de editais se consolidou como um modelo de fomento direto a pequenos e médios projetos, vinculando as atividades culturais à erradicação da pobreza e a geração de emprego, sendo que “o papel do Estado foi praticamente confinado à seleção cartorial de projetos segundo critérios formais de proposição e à fiscalização frágil da execução dos planos de trabalho” (DUTRA; SILVA, 2012, p. 12).

Para os autores (DUTRA; SILVA, 2012), este modelo implantou um falso mercado de produtos culturais, além de ter atrelado a subsistência de inúmeros grupos que desenvolveram ações culturais a editais que distribuem pequenas verbas.

Em 2008, por meio do Decreto nº 6.495/2008 (BRASIL, 2008a), foi instituído o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), cuja finalidade era a de apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com o intuito de

¹⁴ Podem ser apontados como alguns dos exemplos da política de editais: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (BRASIL, 2004), Prêmio Cultura Viva (BRASIL, 2005) e o Programa Mais Cultura (BRASIL, 2007b).

ampliar sua interação com a sociedade, por meio do repasse financeiro via política de editais.

O primeiro edital do PROEXT foi publicado em 24 de setembro de 2008 e teve por foco apoiar financeiramente (no valor de até R\$ 30 mil por projeto) projetos de extensão universitária com ênfase na inclusão social e cultural e que contribuíssem para a implementação de políticas públicas culturais, por meio de recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Cultura (BRASIL, 2008b).

Ainda com ênfase à política de editais, foram instituídos alguns programas, como o Programa de Cultura do Trabalhador (BRASIL, 2012b), o Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013b) e a Política Nacional de Cultura Viva (BRASIL, 2014b).

No processo da gestão universitária, um dos grandes desafios vivenciados por meio da política de editais, delineado pela Política Pública de Cultura, é desvelar a concepção de cultura atrelada como um produto social por meio de projetos, para a obtenção de recursos para o seu desenvolvimento.

3.1. UM OLHAR SOBRE A CONCEPÇÃO DE CULTURA

De acordo com a literatura investigada no presente Estudo, é possível pontuar que a concepção de cultura foi se desenvolvendo com a história da humanidade a partir de um contexto histórico para atender determinado fim. Conforme observa Santos (2006, p.81), por ser a cultura uma dimensão do processo social, ela “registra as tendências e conflitos da história contemporânea e suas transformações sociais e políticas”. Sendo assim, compreender a gênese do processo social das diferentes concepções de cultura que permeiam a sociedade é fundamental para que o indivíduo tenha consciência da função que estas concepções exercem na sociedade (ELIAS, 1994; SANTOS, 2006).

A palavra cultura é derivada originalmente do verbo latino *colere*, e pode significar desde cultivar e habitar, a adorar e proteger. Um de seus significados originais é cultivo agrícola ou lavoura, do qual derivou o termo inglês *coulter* que significa “relha de arado” (EAGLETON, 2011. p. 09).

De acordo com Bauman (2012) e Santos (2006), os gregos já utilizavam a palavra cultura no sentido de cultivar a alma, de alimentá-la, de uma busca contínua pelo desenvolvimento humano, como se houvesse um hiato entre o potencial que o ser humano pode chegar a ser e o que ele realmente é. A esta forma de conceber a cultura, Bauman (2012) relaciona

a ideia de hierarquia, sem distinção de classes, já que todo o ser humano carrega dentro si esse potencial de autodesenvolvimento.

Mas, no decorrer das mudanças de uma sociedade basicamente rural para uma urbana, em meados do Século XVII, a concepção hierárquica de cultura é reapropriada, ligada então ao sentido intelectual e moral (EAGLETON, 2011, p. 10).

A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. [...] Mas essa mudança semântica é também paradoxal: são os habitantes urbanos que são “cultos”, e aqueles que realmente vivem lavrando o solo não o são. Aqueles que cultivam a terra são menos capazes de cultivar a si mesmos. A agricultura não deixa lazer algum para a cultura.

Tal concepção, ao ser adaptada a uma sociedade de classes, acabou por transformá-la em outra versão da bobilidade, ou seja, em uma concepção cuja classe privilegiada da sociedade em questão se apropria para adquirir prestígio de certas virtudes que são respeitadas na sociedade, mas sem ter que praticá-las (BAUMAN, 2012).

Neste contexto, a partir do Século XVIII, o termo cultura, assim como o termo civilização, passam a remeter à ideia de progresso infinito, de desenvolvimento, de uma passagem de um status inferior para um status superior de forma contínua e incessante (EAGLETON, 2011). Contudo, ao passo que a cultura passou a se referir às realizações intelectuais, científicas ou artísticas do indivíduo, civilização (utilizada na França para designar sua vida política, econômica e técnica) tomou a dimensão do progresso coletivo de uma nação (ELIAS, 1994).

Mesmo assim, até que a concepção moderna de cultura se consolidasse, a cultura foi tida muitas vezes como sinônimo de civilização, significando tanto os aspectos materiais da vida social, quanto o universo de ideias, concepções e crenças (SANTOS, 2006).

Com a intensificação do poderio das nações europeias no mundo e suas inter-relações, a busca por novos mercados na sociedade industrializada levou à subjugação e à incorporação de povos isolados (SANTOS, 2006). Este fato, juntamente com a consolidação da visão não religiosa sobre a vida humana e o mundo social, contribuiu para que a

preocupação com cultura fosse levada ao âmbito científico, sendo tratada sistematicamente pelas ciências humanas (SANTOS, 2006).

Porém, as necessidades de substituir a ordem divina ou natural do mundo por uma ordem feita pelo homem, de instituir a verdade de base racional e de construir uma ordem capaz de moldar a mente e a vontade dos seres humanos acabaram por gerar concepções de cultura carregadas de ambiguidade, pois, ao mesmo em que se declarava que o homem era quem criava o mundo social, também se declarava que era o mundo social que determinava como o homem agia nele. Neste contexto, surgem duas visões distintas: a cultura como concepção diferencial e a cultura como concepção genérica (BAUMAN, 2012).

A cultura como concepção genérica busca a unidade essencial da espécie humana, construída na dicotomia mundo humano-mundo natural, ou seja, o que o homem faz e o que acontece ao homem. A concepção genérica de cultura consiste em atribuir à própria cultura a qualidade de característica universal de todos os homens e não limitá-la à característica de grupos específicos (BAUMAN, 2012).

Já a cultura como concepção diferencial tem suas raízes no olhar antropológico, sintetizada a partir da noção francesa de civilização e da noção germânica de cultura, sendo definida por um todo complexo que inclui os conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem em sociedade, ou seja, todas as possibilidades de realização humana (LARAIA, 2001). Todavia, Bauman (2012) aponta para o fato de que esta concepção de cultura, em contraponto à concepção genérica, não admite a existência de uma universalidade cultural, mas apenas de uma característica universal inerente a todo ser humano de se organizar em sistemas simbólicos tidos como culturas.

No entanto, foi a partir da caracterização da cultura como um modo de vida que a inflexão da palavra no plural tornou-se possível, trabalhando com culturas, em vez de cultura, já que existem modos de vida diferentes, atribuindo a ela o sentido de uma comunidade espiritual de significados compartilhados (BAUMAN, 2012).

Resgatando Santos (2006), as discussões sobre cultura acabaram por seguir paralelamente aos estudos sobre as características internas da sociedade capitalista, a natureza das classes sociais e sua dinâmica e as condições para sua superação.

No Século XIX, duas concepções básicas de cultura se sedimentaram. A primeira vê a cultura como a “totalidade das características de uma realidade social”, sendo esta a visão que predominou no mundo científico, e a segunda concebe a cultura como o

“conhecimento que a sociedade, povo, nação ou grupo social tem da realidade e a maneira como o expressam” (SANTOS, 2006, p. 37).

Portanto, para Santos (2006), é preciso considerar a cultura na totalidade dos processos sociais, conseqüentemente, faz-se necessário o estudo conjunto da sociedade de classes e da cultura, já que a compreensão de nossa realidade cultural só é possível a partir do entendimento do processo histórico que a produz, das relações de poder e do confronto de interesses dentro da sociedade.

A cultura é uma dimensão não material, totalizadora da realidade social, compreendida pelas diversas maneiras pelas quais esta realidade é codificada por uma sociedade (processos de simbolização), seja em relação ao conhecimento sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência. Ou seja, a cultura é uma dimensão do processo social, produto coletivo da vida humana que está sempre em transformação, já que a mudança é um aspecto fundamental da realidade social (SANTOS, 2006).

Para Bauman (2012), a cultura é um aspecto da realidade social que exprime um conjunto de regras generativas (uma ordem) que rege a atividade mental e a prática dos indivíduos ao mesmo tempo em que estes indivíduos, por meio de suas ações no mundo, o cria (o conjunto de regras). Para o autor, essa ambivalência existente na concepção de cultura é fruto do momento histórico em que o termo se consolidou.

Embora a concepção de cultura já tenha atingido sua dimensão antropológica¹⁵ nos documentos oficiais, como no caso do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010b), este pensamento contemporâneo da cultura como totalidade ainda não repercutiu no dimensionamento das políticas públicas de cultura.

Conforme apontam Dutra e Silva (2012, p. 10), a Política Pública de Cultura

[...] conjuga valores culturais pessoais, sociais, comunitários com os econômicos em uma visão multidimensional da cultura que passa a ser vista como fator de enriquecimento. Um enriquecimento não só pessoal ou criador e intensificador de sociabilidades, fator de socialização ou coesão social, criador de compartilhamentos e de

¹⁵ A dimensão antropológica se refere à cultura como sendo produzida por meio da “interação social dos indivíduos, que elaboram seus meios de pensar e agir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 74).

identidades coletivas, mas agora também responsável pela regeneração urbana, pela internacionalização da cultura local, de desenvolvimento econômico, de melhoria de vida para determinados territórios, de inclusão social, enfim a cultura passa a ter importância estratégica para o desenvolvimento local e a integrar as políticas sociais.

Neste contexto, Bauman (2010, p. 34) aponta que “a cultura se transformou num armazém de produtos destinados ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/errante dos potenciais consumidores [...]”. Esta política acabou por beneficiar a indústria cultural que, centrada nos meios de comunicação de massa, homogeneiza a sociedade, minimizando os conflitos sociais.

Esta concepção de cultura presente nas políticas públicas acaba por trazer consequências para o País, já que, de acordo com Santos (2006), ao fracionar a dimensão cultural, acaba por tratar diferenciadamente vários aspectos desta, como a ciência e a tecnologia que, por possuírem grande impacto no destino das sociedades atuais e, por ser seu controle um dos aspectos das relações de poder contemporâneas, são tratadas separadamente a fim de se pensar a cultura como algo separado do processo produtivo.

Conforme exposto neste Estudo, as diretrizes da Política Pública de Cultura refletem nas diretrizes das políticas institucionais das universidades. Conseqüentemente, o fracionamento da concepção de cultura presente na Política Pública de Cultura encontra ressonância nas Políticas de Cultura das Instituições. Isto posto, compreender como vem se constituindo o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral, perpassa também pela concepção que seus gestores têm de cultura, no seu fazer no contexto universitário.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

Busco, neste capítulo, descrever a proposta do caminho metodológico que percorri para atingir o objetivo inicialmente proposto, ou seja, compreender como vem se constituindo o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral na visão dos gestores.

4.1. TIPO DE NATUREZA DO ESTUDO

Com o intuito de iniciar a compreensão da problemática estudada, isto é, o processo de desenvolvimento da política de cultura da UFPR Litoral, realizei primeiramente uma investigação documental e bibliográfica, refletida no processo de desenvolvimento do presente Estudo.

Deste modo, o trabalho desenvolvido foi um estudo de caso (natureza descritiva), pois tem como foco descrever de forma aprofundada os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Para tanto, propus uma investigação qualitativa, que se justifica a partir dos seguintes pressupostos: a) considera a influência do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência do sujeito; b) atribui ao pesquisador grande relevância na pesquisa por ser necessário a este ter uma visão ampla e complexa do real social; c) possui caráter descritivo; d) a preocupação maior na pesquisa é com o processo dos fenômenos e não com os resultados e com o produto; e) a análise das informações tende a ser realizada de forma indutiva, porque o pesquisador inicia seu estudo a partir do fenômeno social, neste caso, a Política de Cultura da UFPR Litoral; e, f) a preocupação essencial na pesquisa é com o significado do contexto onde o fenômeno investigado está inserido (TRIVIÑOS, 1987).

4.2. SUJEITOS DE PESQUISA

De acordo com Triviños (1987), não é necessário delimitar com exatidão o tamanho da população em uma pesquisa qualitativa, pois ela é considerada apenas uma referência. Desse modo, a definição da amostra pode ser realizada a critério do pesquisador, pois busca obter tendências

e ideias predominantes e não generalizar os resultados alcançados pelo estudo.

Neste Estudo, que tem por foco desvelar um olhar sobre como vem se constituindo a Política de Cultura da UFPR Litoral, a população inicial potencialmente seria constituída pelos gestores da UFPR e da UFPR Litoral, já que, de acordo com Secchi (2014, p. 99), “os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública, [...] [pois] são eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações”.

Todavia, para a delimitação da amostra, optei em investigar apenas os gestores instituídos em funções responsáveis pela condução da Política de Cultura da UFPR. Considerando, neste contexto, que a UFPR Litoral é um Setor da UFPR, que reflete as diretrizes institucionais.

A escolha dos sujeitos na constituição da amostra se justificou pelas atribuições das funções exercidas pelos gestores, no contexto do desenvolvimento da Política Institucional de Cultura:

- a) Reitor da UFPR, cujas atribuições compreendem, entre outras, a de coordenar, fiscalizar e superintender as atividades universitárias e representar a Universidade (UFPR, [201-]b);
- b) Pró-Reitor de Extensão e Cultura, responsável por gerir a PROEC/UFPR, cuja atribuição consiste em coordenar de maneira geral a política de extensão e de cultura da UFPR (UFPR, 1991);
- c) Coordenador de Cultura, subordinado ao Pró-Reitor de Extensão e Cultura e cuja Coordenadoria possui, entre outras finalidades, a de propor a política de cultura da Universidade e administrar os espaços culturais (UFPR, 1991);
- d) Diretor da UFPR Litoral, responsável por planejar, dirigir, superintender e executar os processos e atividades administrativas e pedagógicas da UFPR Litoral (UFPR, 2013); e,
- e) Coordenador do Centro Cultural UFPR Litoral (UFPR, 2014c), responsável por propor e coordenar eventos culturais, administrar as atividades e oficinas oferecidas pelos voluntários, bem como gerir e zelar pelo espaço do Centro Cultural UFPR Litoral.

Para tanto, a delimitação da presente amostra se compôs, conforme ilustra o Quadro 01 – Sujeitos da Pesquisa.

Quadro 01 – Sujeitos da Pesquisa

SUJEITOS	QUANTIDADE
Reitor da UFPR	01
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	01
Coordenador de Cultura	01
Diretor da UFPR Litoral	01
Coordenador do Centro Cultural UFPR Litoral	01
TOTAL	05

Fonte: Elaborado pela Autora.

Por ser esta uma pesquisa de natureza qualitativa, a população pesquisada se constitui apenas como uma referência, um elemento auxiliar dos processos de descrição e de interpretação do fenômeno, não sendo a quantificação da população pesquisada uma preocupação essencial (TRIVIÑOS, 1987). A amostra selecionada neste Estudo, de cinco sujeitos, legitima-se neste contexto, diante dos pressupostos metodológicos.

Isto posto, os resultados da pesquisa se constituem como generalidades, e não generalizações (TRIVIÑOS, 1987). Desta forma, intento que este Estudo sirva como ponto de partida, a quem interessar, para uma análise que busque desvelar nossos significados e compreensões sobre o fenômeno estudado, ou seja, o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.

4.3. COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Além da revisão bibliográfica e documental, utilizei neste Estudo a entrevista semiestruturada. De acordo com Triviños (1987), na entrevista semiestruturada poderá haver respostas relativamente livres à perguntas anteriormente determinadas, ficando a critério do pesquisador acrescentar questões não previstas dependendo das respostas dos pesquisados.

Com vistas a favorecer a descrição do fenômeno estudado, a entrevista semiestruturada contribui também para a compreensão de sua totalidade. Enquanto pesquisadora, procurei captar as informações coletadas em toda a sua riqueza, considerando as manifestações do entrevistado, no sentido de contribuir para a compreensão do fenômeno em estudo, ou seja, a Política de Cultura da UFPR Litoral. Vide Apêndice A – Instrumento de Coleta de Informações.

Para a elaboração das perguntas da entrevista semiestruturada parti, com base nos objetivos inicialmente propostos, das categorias preliminares e dos seus respectivos conteúdos base. De acordo com Gomes (2001), as categorias são utilizadas para estabelecer classificações, visando agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de uma concepção, contribuindo, posteriormente, para a análise das informações coletadas.

Porém, para delimitação das categorias, os conteúdos base não podem estar simultaneamente em duas categorias, pois são eles que distinguem uma categoria da outra (BÚRIGO, 2003). Isto posto, delinee as seguintes categorias e seus conteúdos base. Vide Quadro 02 – Categorias e Conteúdos Base.

Quadro 02 – Categorias e Conteúdos Base

CATEGORIAS	CONTEÚDOS BASE
Centro Cultural UFPR Litoral	a) Historicidade b) Finalidade c) Interação com a Política de Cultura da UFPR Litoral
Política de Cultura da UFPR	a) Concepção b) Interação com a Política de Cultura da UFPR Litoral
Política Pública de Cultura	a) Concepção b) Concepção de cultura c) Interação com a Política de Cultura da UFPR e da UFPR Litoral

Fonte: Elaborado pelo Autora.

Após a qualificação deste Estudo junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC, realizei as entrevistas com os gestores, os quais foram bem receptivos a participar desta Pesquisa. Porém, devido ao grande número de compromissos de alguns gestores, foi difícil conseguir agendar um horário para a realização das entrevistas. Deste modo, as entrevistas foram realizadas no período de 13/11/2015 a 14/12/2015, sendo 03 (três) delas nos locais de trabalho dos entrevistados em horário de expediente, 01 (uma) via videoconferência e outra na residência particular do entrevistado. Para fins de preservar o anonimato dos entrevistados, os gestores serão

identificados por meio de códigos, definidos aleatoriamente, com o indicador de G01 (Gestor 01) até G05 (Gestor 05).

Os gestores se manifestaram favoráveis e confortáveis à realização da entrevista, sendo que não tive dificuldades para dar prosseguimento a mesma. Acredito que, por estar investigando um tema pertinente a seus cotidianos de atuação, os gestores foram bastante abertos ao diálogo, manifestando respostas completas e bem detalhadas, enriquecendo o processo de análise.

Depois de ter entrevistado os gestores, parti para a análise das entrevistas. Com base em Triviños (1987), utilizei a Técnica de Análise de Conteúdo, que consiste num método de análise que permite ao pesquisador obter informações por meio da análise objetiva das respostas obtidas.

Iniciei o processo de análise por meio da transcrição integral de cada fala dos gestores, agrupando as respostas por pergunta realizada, já que cada pergunta remete a um conteúdo base de uma categoria de análise. Feito isto, analisei cada categoria e seus respectivos conteúdos base, destacando as divergências e convergências nas falas dos gestores e buscando compreendê-las com base no referencial teórico abordado neste Estudo.

Concluída esta etapa, retomei ao objetivo inicial desta Investigação e busquei tecer minhas considerações e reflexões finais sobre o fenômeno investigado, desvelando um olhar sobre o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.

5. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Após a realização das entrevistas, neste capítulo apresento e analiso as informações coletadas tendo por base a fundamentação teórica utilizada neste Estudo. Em um primeiro momento, faço a caracterização dos entrevistados, passando, em seguida, para o processo de análise das categorias previamente definidas. Vide Quadro 02 – Categorias e Conteúdos Base.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Diante da proposta inicial da Pesquisa, não houve nenhuma alteração quanto à amostra definida preliminarmente para a realização da entrevista, sendo os sujeitos entrevistados os gestores que participam direta ou indiretamente do processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.

Como sujeitos da Pesquisa, há gestores lotados na UFPR (Reitor, Pró-Reitor de Extensão, e Cultura e Coordenador de Cultura), localizada na cidade de Curitiba/PR, tendo suas práticas laborativas voltadas à criação, acompanhamento, execução e avaliação da Política de Cultura em toda a Universidade (UFPR, 1991; [201-]b). E há gestores lotados na UFPR Litoral (Diretor da UFPR Litoral e Coordenador do Centro Cultural UFPR Litoral), localizada na cidade de Matinhos/PR, que possuem uma atuação mais específica frente à Política de Cultura na UFPR Litoral.

Dos 05 (cinco) gestores entrevistados, 04 (quatro) mantêm vínculo com a Instituição como Servidores Docente do Magistério Superior e apenas 01 (um) mantêm vínculo como Servidor Técnico Administrativo em Educação.

Quanto ao tempo de vinculação à UFPR, 02 (dois) dos 05 (cinco) gestores entrevistados ingressaram na Instituição há mais de vinte e cinco anos, 01 (um) gestor ingressou há mais de quinze anos e os outros 02 (dois) têm apenas 07 (sete) anos de Instituição. Porém, quanto ao tempo de exercício em funções de coordenação e direção na Universidade, 02 (dois) possuem mais de quinze anos em cargos de gestão, outros 02 (dois) apresentam entre 04 (quatro) a 10 (dez) anos, e 01 (um) possui aproximadamente 01 (ano) de exercício em cargo de gestão.

Dos gestores entrevistados, 02 (dois) possuem 07 (sete) anos de exercício em funções ligadas a elaboração e execução da Política de Cultura na UFPR e os outros 03 (três) possuem menos de 03 (três) anos

nestas funções. Vide Quadro 03 – Caracterização dos Gestores Entrevistados.

Quadro 03 – Caracterização dos Gestores Entrevistados

Cargo na UFPR	Ingresso na UFPR	Tempo de Exercício em Cargos de Gestão na UFPR	Tempo de Exercício em Cargos de Gestão ligados à Cultura na UFPR
Docente do Magistério Superior	07 anos	De 04 a 10 anos	Até 03 anos
Docente do Magistério Superior	15 anos	De 04 a 10 anos	Até 03 anos
Docente do Magistério Superior	Acima de 25 anos	Acima de 15 anos	07 anos
Docente do Magistério Superior	Acima de 25 anos	Acima de 15 anos	07 anos
Técnico Administrativo em Educação	07 anos	Até 03 anos	Até 03 anos

Fonte: Elaborado pela Autora

Embora todos os entrevistados tenham ingressado na Instituição antes da criação do Centro Cultural UFPR Litoral em 2010 (UFPR LITORAL, [201]a), órgão de materialização da Política de Cultura da UFPR Litoral, apenas 02 (dois) gestores puderam vivenciar todo o processo de desenvolvimento desta Política, pois estão no exercício da função de gestor na área da cultura desde 2008.

Isto posto, a trajetória e a vivência dos gestores na Instituição, juntamente com a intensidade com que se envolvem com a área cultural no cotidiano laborativo, refletem essencialmente na percepção que apresentam sobre o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.

5.2. ESTUDO DO RELATO DOS ENTREVISTADOS

Após uma breve caracterização dos entrevistados, nesta parte do Estudo procuro apresentar a análise do relato dos entrevistados, baseada no referencial teórico desta Pesquisa, com o intuito de compreender o

fenômeno ora investigado, ou seja, o processo de desenvolvimento da Política de Cultural da UFPR Litoral.

5.2.1. O Centro Cultural UFPR Litoral

Nesta categoria, busquei conhecer como os Gestores entrevistados concebem o Centro Cultural UFPR Litoral, tendo por base a historicidade, a finalidade, bem como o processo de interação com a Política de Cultura da UFPR Litoral.

Quanto ao processo de criação do Centro Cultural UFPR Litoral, dos Gestores entrevistados, três manifestaram conhecimento, porém apenas um conseguiu descrever detalhadamente como se deu este processo. Os dois Gestores que afirmaram não conhecer o seu processo, justificaram pelo pouco tempo de exercício na função de gestão ligada à Política de Cultura na Instituição.

Veja, eu conheci o Centro Cultural ano passado, eu não conheço o histórico de construção dele (G02).

Olha, na verdade, eu não acompanhei esse processo, né? Ele é anterior a minha entrada na Pró-Reitoria [*PROEC*]. O que eu conheço é já do período em que começou a haver uma certa dificuldade em relação à cessão do espaço pela Prefeitura e a tentativa de manutenção [*do CCULT*] pela comunidade. Então fiz algumas visitas, conheci algumas atividades, [...] mas nesse período, a questão da gestão desse processo já estava no Gabinete do Reitor e na Direção do Setor [Litoral], né? Então eu não tenho [...] dados específicos dessa parte de criação do Centro, de concepção do Centro [*CCULT*] (G03).

O Centro Cultural UFPR Litoral foi concebido inicialmente para ser um Centro de Artes (UFPR Litoral, 2008a), vinculado ao Curso de Licenciatura em Artes da UFPR Litoral. Entretanto, G05 relata que a ideia de criação de um Centro de Artes não era uma ideia isolada, mas parte integrante de uma intenção de atuação na área cultural por parte da UFPR Litoral, articulada ao seu PPP (UFPR LITORAL, 2008b).

Dentro do [Setor] Litoral, a cultura sempre teve um elemento central, por causa desse resgate do litorâneo, da identidade litorânea, né? Tá em todo PPP do Litoral [...]. Nós queremos resgatar a dignidade dessa população há mais de 300 anos abandonada. Com o fim da capitania hereditária, o litoral [paranaense] se resume a empreendimentos, ferrovias pra levar grãos pro porto, o porto pra exportar, que é o maior porto de grãos do país, o pedágio que arrecada montanhas de dinheiro, que é o terceiro maior empreendimento, e a temporada de verão que é no máximo 60 dias. Então, o povo litorâneo não tem mais nenhuma presença no cenário de uma cultura que identifique o litorâneo, o caçara, as suas manifestações artísticas, o pensar o desenvolvimento educacional-cultural desse povo desde que acabou a capitania hereditária. Antes só tinha elite, mas nunca se instalou nenhum tipo de processos educacionais e culturais no tamanho do desafio do que seria o berço dos paranaenses. Então, o PPP do Litoral, ele tem central dentro dos princípios, [...], a questão de resgatar a identidade litorânea, e, através de processos educacionais e culturais, voltar a fazer essas pessoas se identificar e, ao se identificar, assumir o desenvolvimento dessa região (G05).

Tal articulação pode ser prevista em um dos objetivos do PPP (UFPR LITORAL, 2008b, p.13), que visa construir e difundir conhecimentos a partir de suas realidades concretas, dentro de uma lógica dialética entre global e local, que possibilite que os conhecimentos gerados estimulem “a criação e fortalecimento da cultura local, em um contexto de relações democráticas e éticas na perspectiva de participação dos diversos segmentos da sociedade”. Neste contexto, o Gestor G04 entende que a concepção do PPP (UFPR LITORAL, 2008b) da UFPR Litoral apresenta um diferencial devido à proximidade que busca estabelecer com a comunidade, baseada num diálogo de mão de dupla, em que a Universidade busca ensinar e aprender com a sociedade.

[...] a característica central pra mim do Projeto do Litoral [PPP] é essa proximidade com a comunidade, eu acho que isso é um dos grandes diferenciais desse Projeto. Ele tem o diálogo, [...] a construção coletiva... então eu vejo que o Setor

Litoral criou o seu Projeto dessa maneira bastante interativa com a sociedade. Tem pessoas que enxergam que a Universidade ensina, e eu vejo que o Litoral [UFPR Litoral] faz um diálogo de mão dupla, ensina e aprende com a sociedade. Eu acho que isso é uma característica marcante desse Projeto Cultural, ele tem sempre esse aspecto da reflexão sobre as práticas, né, isso é muito bacana (G04).

O Gestor G05 pontua que esta atuação já havia se iniciado desde a criação do Campus Litoral em Matinhos/PR, quando a UFPR Litoral buscava trazer os Grupos Artísticos da UFPR e outros convidados externos para realizar apresentações culturais no Setor Litoral. Entretanto, tal atuação ficava muito limitada e desarticulada do PPP (UFPR LITORAL, 2008b), pois, na visão deste Gestor (G04), a importação de espetáculos culturais pouco contribuía para o fortalecimento da cultura local e para o resgate da identidade do povo litorâneo, sendo necessário à UFPR Litoral possuir espaços próprios para que a comunidade local pudesse participar do processo de desenvolvimento de ações culturais, e não apenas assistir.

Neste contexto, ocorreu, em 01 de agosto de 2008, a manifestação da comunidade acadêmica da UFPR Litoral e de representantes da comunidade externa em prol da cessão de três prédios públicos abandonados, sendo que um destes imóveis seria transformado em um Centro de Artes (UFPR LITORAL, 2008a).

Este processo de ocupação do imóvel foi acompanhado pelos Gestores G04 e G05, conforme relatado em suas falas:

Olha, eu acompanhei [...] a utilização daquele espaço, que era o Centro Cultural da Prefeitura [*Centro de Convenções de Caiobá de Matinhos/PR*], [...], mas houve uma parceria pra que a gente pudesse ocupar aquele espaço e ali se desenvolveram inúmeras atividades, apresentações de teatro, de música, oficinas, palestras, cursos, mini-cursos [...] (G04).

[..] o primeiro vestibular [*da UFPR Litoral*], [...] em junho de 2005, [...] [foi realizado naquela] área do [...] Centro Cultural, [*que*] era um Centro de Convenções [*Centro de Convenções de Caiobá de Matinhos/PR*], [...] caminhando pra um abandono

total, [...] o que fez com que nós passássemos a pensar em incorporar aquela área justamente nessa ligação com o que dentro do Projeto Pedagógico [PPP] tinha a área cultural. E o que aconteceu foi que nós incorporamos a área por conversas, nós ocupamos essa área, a palavra é ocupação mesmo, e passamos a fazer um projeto de recuperação já no verão [...] de 2005, [...] pra transformar aquela área abandonada em uma área de cultura. [...] O Governo do Estado [do PR] também nos ajudou com o compromisso de nos ceder a área [...] (G05).

Todavia, no desenrolar da ocupação do imóvel, o espaço acabou sendo inaugurado em setembro de 2010 como o Centro Cultural UFPR Litoral, e não como um Centro de Artes (UFPR LITORAL, [201-]a).

Para o Gestor G01, o processo de criação do Centro Cultural UFPR Litoral foi desprovido de um planejamento preliminar, sendo atribuída a concepção do Espaço aos servidores que estavam à frente do processo de pensar a área cultural na UFPR Litoral:

[O processo de criação do CCULT] foi um processo... [...], complicado... de última hora... e, podemos dizer, ousado. Porque, primeiro, [...] o espaço [...] foi uma invasão, [...], e ele não era para ser Centro Cultural, era para ser um Centro de Artes, [...] do curso de [Licenciatura em] Artes trabalhar. Então não tinha um [...] estudo sobre ter um Centro Cultural, não tinha uma coisa elaborada, escrita, um projeto, foi tudo coisa da cabeça do Diretor [do Setor Litoral] da época [...]. Quando chega a [...] produtora cultural [servidora técnica administrativa do Setor Litoral], ela enxerga que se fosse [um espaço apenas do] do Curso de Artes, ele ia ficar muito restrito [...] à comunidade do Setor [Litoral] da Universidade, [e não teria] essa ligação com a comunidade. Então eles [diretor do Setor Litoral e a produtora cultural] tiveram [...] de março de 2010 a agosto de 2010 [pra] pensar um Centro Cultural e tal. Ele foi criado assim, a toque de caixa, rápido e foi, saiu, né?

Contrariando a posição do Gestor G01 quanto à ausência de planejamento do processo de criação do Centro Cultural UFPR Litoral, o Gestor G05 afirma que:

[*Como a UFPR Litoral tinha*] como uma linha desenvolver as questões culturais, um dos cursos que foi optado que fosse integrado ao Projeto Litoral foi o Curso de Artes [...] [*Mas o Curso de Artes*] não deu toda a mobilização que tinha como expectativa que ele propiciasse, porque, ao fazer o concurso, [...] os professores concursados [...] tinham um perfil mais de artes visuais, e [...] as grandes atividades de música, teatro e dança, elas não eram contempladas. Então aí [...] foi pensado em incluir programadores culturais [*produtor cultural*] [...] Então a gênese desse processo, ele se dá num misto de obras, num misto de pessoas, mas atendendo a um planejamento que já vinha de 2003, 2004, dos primórdios, né? (G05).

O CCULT foi concebido com a missão de ser um “espaço multidisciplinar baseado no eixo ensino-pesquisa-extensão, democrático e de inclusão social através da cultura, além de oferecer para a comunidade uma programação diversificada e gratuita” (UFPR LITORAL, [201-a], s/p).

Desde sua fundação, buscou promover ações artísticas e culturais gratuitas e abertas a toda população. No último ano antes da interdição do Espaço, em 2014, o Centro Cultural UFPR Litoral disponibilizou 16 oficinas regulares, semanais, abertas e gratuitas à população, envolvendo atividades diversas tais como: capoeira, danças, canto coral, teatro, música, línguas, entre outros, além de promover inúmeros eventos, também abertos e gratuitos à população, como exposições de artes visuais, apresentações de dança, música e teatro, entre outras atividades (UFPR LITORAL, [201-b]).

Esta multiplicidade de ações do CCULT, bem como sua interação com a comunidade local, foram ressaltadas por quase todos os Gestores ao serem questionados quanto ao processo de desenvolvimento das ações do Centro Cultural UFPR Litoral.

Então elas iniciaram bem... bem pequenas, né? E hoje eu vejo que já tem um nome.. E, hoje, está fazendo um ano que o Centro Cultural está fechado. Mesmo ele estando fechado, a gente vê uma certa procura, a gente vê que ele conseguiu se desenvolver a cada ano [...] como um espaço da comunidade, principalmente... se desenvolver com

as atividades, aumentar, melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas [...] a gente teve um grande aumento na qualidade dos eventos, [...] no início [...] eram coisas bem pontuais, é, pequenas, né? [...] E, quando voltar [*a funcionar o CCULT*], acredito que a interação com a comunidade vai ser maior e com isso ele vai crescer ainda mais. Mas eu vejo que foi, assim, gradual, pra uma comunidade que não tinha cultura de ter um centro cultural, museu, centro artístico, um lugar pra espetáculos como cinema, teatro, né? [...] (G01).

[*as ações*] são muito ativas, o tempo que [*o CCULT*] estava funcionando em pleno vapor, antes de ter o problema da interdição [*do espaço*] e tudo aquilo, ele era bastante ativo, [...] a gente [...] via notícias tanto no site e acompanhava a programação, era sempre bastante intensa a atividade lá realizada (G04).

Eu acho que [...] com o Espaço [*CCULT*] efetivamente instalado e [...] com uma equipe mínima [...] de servidores ficou muito mais focado no Centro Cultural a questão de uma perspectiva de arranjo cultural mais abrangente [...] eu me lembro sempre que nunca deixou de ter programação bem diversificada, né? (G05).

Sendo assim, o Centro Cultural UFPR Litoral acabou se consolidando como um espaço da comunidade litorânea. E isto é referendado não somente na fala dos Gestores entrevistados, mas também segundo dados da UFPR LITORAL (2014a), que apontam que, no 2º semestre de 2014, 78% dos participantes das atividades ofertadas pelo CCULT não possuíam vínculo efetivo com a Instituição, ou seja, eram majoritariamente da comunidade externa.

Eu acho que, com o Centro Cultural instalado, passou a ter mais quantidade e mais qualidade local, porque incorporou a população, [...] passa ser muito mais fazer o processo cultural do que apresentar espetáculos e coisas culturais [...] antes nós fazíamos muito mais uma agenda, a Companhia de Dança ia, a Companhia de Teatro ia, [...] mas eram coisas externas, eram apresentações,

né? Não eram organizadas pelo local, com a população local, que era o grande objetivo, né? O Curso de Artes, [...] acabou nem sendo o protagonista principal, mas sendo um coadjuvante, [...], mas a própria equipe do Centro Cultural passa a fazer uma grande atividade, que eu considero a maior, que é se abrir para a população local pra participar (G05).

Porém, o desconhecimento das ações desenvolvidas no Centro Cultural UFPR Litoral pelos Gestores G02 e G03 foi vinculado ao fato de o CCULT ser gerido pela UFPR Litoral, sem envolvimento da PROEC.

[...] eu fiz uma visita técnica a esse Centro Cultural e foi me explicado muito superficialmente quais eram as ações. Estão vinculadas a professores, estudantes do Setor [*Litoral*], mas eu não tenho o planejamento do Centro [*CCULT*], eu não sei como ele funciona, então não poderei te responder isso (G02).

Então, como [...] é uma atividade gerenciada pela direção do Setor [*Litoral*], a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é convidada a fazer visitas, conhecer os trabalhos, enfim, mas não há nenhum tipo de gestão específica que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura faz das atividades lá. A não ser, por exemplo, quando os professores registram as atividades como atividades de extensão [...] eu sei que são várias ações dadas pelos professores, tem as ICHs que também são desenvolvidas lá, [...] mas eu não tenho assim um aprofundamento de como que é todo o processo, [...] o que a gente tem buscado fazer é uma aproximação com todo o Setor, com os professores que trabalham na área de cultura, mais especificamente pela via do Mais Cultura nas Universidades, que é um grande projeto que a gente tá tentando viabilizar [...] (G03).

Isto posto, as ações desenvolvidas pelo Centro Cultural UFPR Litoral acabaram por dar expressão a uma Política de Cultura na UFPR Litoral, já que uma política pública pode ser caracterizada pela ação e intenção de intervir na sociedade, inclusive por meio da oferta de bens e

serviços, independentemente se esta intenção esteja oficialmente deliberada (HEIDMANN, 2014).

Tal constatação é referendada pela maioria dos Gestores, que reconheceram ser o Centro Cultural UFPR Litoral a própria materialidade da Política de Cultura da UFPR Litoral.

Eu acho que a Política de Cultura do Setor Litoral é o Centro Cultural [...] (G01).

[...] O Centro Cultural era o local da implementação dessas políticas culturais [*da UFPR Litoral*] (G04).

Essa Política não existe sem o Centro Cultural. O Centro Cultural passou a ser o organizador da Política Cultural e o pedagógico nos cursos passa a ter uma interface [...] muito mais a reboque (G05).

Entretanto, os Gestores G02 e G03 não se pronunciaram sobre este tema, sendo que o Gestor G02 justificou sua ausência de resposta pela inexistência de uma articulação entre o Centro Cultural UFPR Litoral e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

[...] eu não tenho acesso às Políticas Culturais da UFPR Litoral, porque [...] não há uma Coordenadoria de Cultura lá. [...] então eu não teria como te responder essa pergunta também (G02).

Diante do depoimento dos Entrevistados acerca do processo histórico do Centro Cultural UFPR Litoral, ficou evidenciado que este processo é desconhecido pela maioria dos Gestores. Não somente pelo fato de ele ter sido construído de forma isolada pela Direção do Setor Litoral e desarticulado da Política de Cultura da UFPR, mas também por este processo não ter sido documentado, oficializado.

Embora a maioria dos Gestores demonstrou conhecer as atividades que são desenvolvidas no CCULT, as razões pelas quais entendem que o CCULT promove estas ações se mostraram diferenciadas na sua essência, mas articuladas com a comunidade local.

Enquanto para um dos Gestores o CCULT foi criado dentro de uma proposta de intervenção na área cultural, totalmente articulada ao PPP (UFPR LITORAL, 2008b), com o intuito de promover o resgate da identidade do povo litorâneo por meio da participação em processos de

produção cultural, para outro Gestor o CCULT foi criado sem planejamento e com o intuito de promover o contato entre a Universidade e a comunidade local.

Todavia, a maioria dos Entrevistados acabou por reconhecer o Centro Cultural UFPR Litoral como o órgão materializador da Política de Cultura da UFPR Litoral, ou até como a própria Política de Cultura da UFPR Litoral.

Diante o exposto, fica evidente também a falta de registro documental e a ausência de participação da PROEC no processo de criação e concepção do Centro Cultural UFPR Litoral. Isto posto, é possível pontuar que há um distanciamento a ser superado entre a Política de Cultura da UFPR Litoral e a Política de Cultura da UFPR, já que os Gestores responsáveis pela elaboração da Política de Cultura da Universidade desconhecem o Centro Cultural UFPR Litoral e, conseqüentemente, a Política de Cultura da UFPR Litoral. Ademais, parece evidente a necessidade de rediscussão do papel do Centro Cultural UFPR Litoral junto à Instituição, bem como, há uma falta de clareza entre os Gestores quanto à finalidade do Centro Cultural UFPR Litoral e sua articulação com o Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral (UFPR LITORAL, 2008b) e, essencialmente, com a Política de Cultura da UFPR.

5.2.2. A Política de Cultura da UFPR

Esta categoria de análise tem por objetivo descrever a Política de Cultura da UFPR no que tange à concepção dos Gestores sobre esta Política e à sua interação com a Política de Cultura da UFPR Litoral.

Em relação à concepção da Política de Cultura da UFPR, os Gestores Entrevistados a caracterizaram por meio das atividades e eventos que a Coordenadoria de Cultura da PROEC (UFPR, 1991) promove, principalmente pela existência dos Grupos Artísticos da UFPR e do Festival de Inverno em Antonina (UFPR, 2015d), embora a maioria afirmou que considera não existir uma Política de Cultura propriamente dita na Universidade.

Cabe pontuar que, da mesma forma que os Gestores lotados na UFPR, sede, não se expressaram sobre a Política de Cultura da UFPR Litoral, um dos Gestores lotado na UFPR Litoral informou que não possui muito conhecimento desta Política, visto não ter uma aproximação com a PROEC:

[...] Como a gente tem uma Pró-Reitoria [*PROEC*] somente pra trabalhar essa Política, e eu não tenho contato mais direto, eu não posso falar muito sobre isso, mas o meu ponto de vista em relação é que, os setores fora da sede, fora de Curitiba, eles ficam um pouco abandonados [...] (G01).

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura foi criada em 1990 com o intuito de coordenar a Política de Extensão e de Cultura da Universidade (UFPR, 1991). Para o Gestor G03, a criação da PROEC foi uma ação institucional de fomentar a cultura em decorrência do desmonte da área da cultura que ocorria por conta da Política Pública de Cultura na década de 90, sendo exemplos deste período o fechamento do MINC e a extinção de alguns órgãos, como a FUNARTE e a Fundação Pró-Memória (RUBIM, 2007).

[...] a Pró-Reitoria surgiu na década de 90 quando a área da cultura sofria uma série de ataques por parte do desmonte de instituições extremamente importantes do ponto de vista da estrutura governamental [...] várias universidades assumiram pra si parte desse compromisso de fomentar e levar e incentivar a produção cultural. Então foram criados vários festivais, [...] na nossa Universidade foi criado o Festival de Inverno que acontece em Antonina [*PR*] todo mês de julho [...] (G03).

A PROEC, por meio de sua Coordenadoria de Cultura, acabou por abrigar os Grupos Artísticos já existentes, como é o caso do Coro (criado em 1958) e a Orquestra Filarmônica (fundada em 1962), e criou outros grupos, além de administrar espaços culturais e promover o Festival de Inverno em Antonina, evento que acontece anualmente desde a criação da Pró-Reitoria (UFPR, 2015d). Desta maneira, a Política de Cultura da UFPR passa a ser caracterizada pelo incentivo à fruição artística e à produção cultural, conforme reconhecido na fala da maioria dos Gestores:

Em Curitiba, [*a Política de Cultura da UFPR*] funciona muito bem e dá muito certo. Tanto dá certo que temos os Grupos [*Artísticos*], como Palavração, a Orquestra, Coral, tudo que tem anos, mais de dez anos de funcionamento, [...] (G01).

[...] O que a gente tinha na UFPR era uma ideia de ação cultural muito vinculada a entretenimento, então você tinha [...] [o] Festival de Inverno [...] [e] outras ações, mas muito pensadas pra lazer e entretenimento (G02).

[...] Nós temos grupos artísticos, nós temos espaços museográficos, nós temos espaços de apresentações culturais, nossos teatros, enfim, toda essa estrutura e além disso os grandes eventos, né? Os festivais, temos o nosso Festival de Inverno, temos as apresentações feitas à comunidade, a temporada dos grupos artísticos [...] (G04).

Entretanto, quase todos os Entrevistados teceram críticas à Política de Cultura da UFPR, embora utilizando argumentos diferenciados, à exceção do Gestor G04, que considera esta Política “forte; diversificada; uma Política bastante completa”.

Para o Gestor G01, a Política de Cultura da UFPR está restrita à cidade de Curitiba/PR, sendo necessária sua ampliação aos demais Campi da Universidade:

[...] Embora em Curitiba [*a Política de Cultura da UFPR*] funciona muito bem e dá muito certo, [...] não consegue atingir os demais *campi* da Universidade. Então, qual é o problema que eu vejo, a maior falha, [*é que*] em Curitiba [...] funciona tudo perfeito [...], mas a dificuldade deles [*PROEC*] agora é sair fora da sede [...] (G01).

Tal percepção pode ser referendada pelo fato de que, em 2014, os grupos artísticos da UFPR – Coro, Madrigal, Têssera Companhia de Dança, Companhia de Teatro Palavração, Orquestra Filarmônica e Grupo de MPB – realizaram 121 apresentações gratuitas, mas nenhuma delas foi realizada na cidade de Matinhos/PR (UFPR, 2015d).

Para os Gestores G02, G03 e G05, a UFPR não possui uma Política de Cultura propriamente dita, sendo que os argumentos apresentados por eles se mostraram diversificados.

O Gestor G05 contestou que a Política de Cultura da UFPR não é efetivamente uma Política porque a UFPR não destina recursos para o desenvolvimento da cultura na Instituição, fazendo-se sempre necessária

a captação de recursos externos para o desenvolvimento dos projetos culturais na UFPR.

[...] a Política Cultural, dentro da Política Pública, é sempre secundária [...] não há um planejamento orçamentário que ponha a cultura como uma área que deveria estar, no mínimo, em condições de presença com as outras áreas, discutindo o orçamento e focos de planejamento anual [...] quando a gente fala em planejamento de execução do calendário acadêmico, de apoio às aulas práticas, de laboratórios, quando a gente fala de pesquisa, sempre a cultura é posta num lugar de espera, e esse lugar de espera, ele vem acompanhado dizendo: “nós temos que captar recurso pra cultura”. Não participo dessa concepção, nunca participei de jeito nenhum, eu digo: a cultura não pode ser diferenciada de outras áreas no que tange ao planejamento, e o planejamento inclusive de recursos. Ela tem que dividir os recursos [...] em condições de igualdade com todas as áreas. Se tem que captar recursos, todas as áreas tem que captar recursos, não é só a cultura vivendo de captação de recursos. [...] Na área cultural [...] no máximo são destinados alguns funcionários [...] Então, hoje, eu digo assim, a Universidade Federal do Paraná não tem uma Política Cultural. Não é nem prioritária, não tem.

Para os Gestores G02 e G03 não há uma Política de Cultura propriamente dita na UFPR porque não há um Plano Institucional de Cultura.

Veja, formalmente, oficialmente, a gente não tem uma Política de Cultura. Isso deveria ter sido implantado em 2012, inclusive está no Plano de Desenvolvimento Institucional, mas não foi feito. Há um processo que fez uma minuta de Plano Institucional de Cultura, mas ele não foi aprovado, nem passou nas instâncias iniciais [...] O que a gente tinha na UFPR era uma ideia de ação cultural muito vinculada a entretenimento [...] (G02).

Então, a gente ainda não tem de fato uma Política de Cultura, né? Nós temos várias ações que foram concebidas dentro de políticas de cultura ao longo dos anos [...] então a ideia é que, no próximo ano, a gente [...] consiga propor pros nossos Conselhos um conjunto de metas que estabeleçam essa Política pros próximos anos, porque até então a gente sempre viveu um pouco do cotidiano, do dia a dia [...] (G03).

Contudo, de acordo com os Gestores, deverá ser formalizado em breve o Plano Institucional de Cultura, já que a Política de Cultura da UFPR se encontra em discussão. Cabe destacar que esta Política será orientada pela concepção de cultura presente na Política Pública de Cultura, evidenciada por meio do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010b) e do Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013).

[...] Então, o que a gente tem feito pra pensar uma Política Cultural na UFPR, primeiro, é [...] trazer [...] a discussão do Plano Nacional de Cultura, desse Plano Nacional de Educação e do Plano Nacional de Direitos Humanos, que pensa uma ideia de cidadania cultural, direitos culturais. Pra isso, [...] [pensando] a educação e direitos humanos a partir dessa ideia de cultura que esses Planos, esses documentos, estão nos provocando, convidando à discussão [...] pensar uma ideia de Política Cultural que não é só ação pra estímulo à produção de bens culturais. A ideia é pensar a Política Pública pra Cultura no âmbito da Universidade articulada à ideia de leis civis, leis humanas, então isso é algo que [...] temos discutido nesses últimos [...] dois anos, que não adianta a gente fazer um incentivo à criação de bens e produtos culturais. A ideia seria articular essa produção cultural com essa ideia muito forte de uma Política para a cidadania, uma ideia de cidadania cultural e diversidade [...] (G02).

Segundo os Gestores, o processo de discussão e criação do Plano Institucional de Cultura na UFPR (UFPR, 2015a) ganhou força com a participação da UFPR no Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013). Este Programa (BRASIL, 2013), vinculado ao

Ministério da Educação e ao Ministério da Cultura, tem por objetivo criar Planos de Cultura nas instituições públicas de ensino superior e de educação profissional, científica e tecnológica, sendo caracterizados por programas, projetos e ações culturais que busquem valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural nas instituições por um período máximo de dois anos (BRASIL, 2014c).

Como a criação deste Plano Institucional de Cultura exige a participação da comunidade acadêmica por estar vinculado ao Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013), foi montada uma Comissão para a Elaboração e Proposta do Plano de Cultura na UFPR (UFPR, 2015b). Esta Comissão é formada por representantes dos diversos Setores da Universidade, inclusive do Setor Litoral, e elegeu a região litorânea paranaense como território simbólico para a consolidação das ações culturais da UFPR (UFPR, 2015a). De acordo com o Gestor G03:

[...] desde finalzinho de 2014, a gente começou a fazer um trabalho a partir da provocação do Ministério da Cultura e do MEC [...] [*ao lançarem*] o Edital Mais Cultura nas Universidades. Nós chamamos todos os departamentos e setores que têm ações na área de arte cultura já consolidadas pra constituir uma comissão pra pensar esse grande Plano, [...] que são chamados de planos de cultura [...].

A participação da UFPR no Edital Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2014c) criou expectativas nos Gestores de uma aproximação entre a Política de Cultura da UFPR e a Política de Cultura da UFPR Litoral. Destaco a fala do G01:

[...] espero que, como esse projeto pro MINC [*Projeto para o Edital Mais Cultura nas Universidades*] foi feito junto com todos os Setores, que agora eles [*PROEC*] consigam atingir [*os campi fora de Curitiba/PR*] [...] Por mais que o Setor [*Litoral*] tem 10 anos, [...] e a UFPR tem 103 [...] é mínima essa [...] interação [*entre as Políticas de Cultura da UFPR e da UFPR Litoral*], [...] e tá se iniciando, acredito que pode progredir muito [...].

Para os Gestores, como a concepção de cultura do Plano Institucional de Cultura está embasada na ideia de cidadania e direitos culturais, a articulação entre as Políticas de Cultura da UFPR e da UFPR Litoral está sendo construída via docentes do Setor Litoral que possuem projetos vinculados a este tema.

[...] O que a gente tá tentando fazer, nesse primeiro momento, é, conhecer os professores e professoras que têm ações no litoral, que vinculam educação, direitos civis, direitos humanos, cidadania e cultura, nesse registro, tá? Não estou falando cultura aqui como bens oficiais, que fazem um repertório que traduziria uma identidade nacional. Esse é um conceito muito ultrapassado de cultura, o de bens culturais, né? O que a gente está pensando, nesse processo, é como articular aquela comunidade de professores e professoras e estudantes do litoral, pra que a gente possa ter um debate qualificado sobre políticas culturais [...] Então, eu não vejo ainda essa articulação institucional que você está construindo aqui, UFPR Litoral - UFPR, o que eu vejo é uma tomada [pausa] via ação junto aquela comunidade que possa gerar pra gente um processo vivido a respeito de como fazer políticas culturais na universidade [...] (G02).

Diante do exposto, é possível apontar os Gestores Entrevistados concebem a Política de Cultura da UFPR a partir das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Cultura da PROEC, sendo que estas ações são voltadas ao entretenimento, ao lazer, à apreciação artística e à produção cultural.

Todavia, a maioria dos Gestores também entende que não há uma Política de Cultura propriamente dita na Universidade, seja por considerar que a Universidade apenas desenvolve ações e projetos culturais isolados, sem um Plano de Cultura formalmente instituído, seja por entender que a ausência da destinação de recursos orçamentários para sua execução caracteriza a inexistência de uma Política.

De acordo com alguns dos Gestores entrevistados, a Política de Cultura da UFPR está em processo de formalização, sendo que a própria concepção desta Política está em discussão e reflexão, sendo orientada pelas diretrizes da Política Pública de Cultura.

O Plano Institucional de Cultura da UFPR (UFPR, 2015a) reafirma as diretrizes fomentadas pela Política Pública de Cultura. Por outro lado, a Coordenadoria de Cultura tem buscado discutir as políticas públicas existentes que considera articuladas à área cultural, como o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010b), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) e o Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2009).

O Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013a), ao despertar as instituições públicas de ensino superior para a necessidade de construir Planos Institucionais de Cultura, parece ter favorecido a criação de um ambiente de interação, articulação e colaboração entre as diferentes unidades da Universidade em prol da construção de uma Política Institucional de Cultura. Conforme relato dos Entrevistados, a interação entre as Políticas de Cultura da UFPR e da UFPR Litoral foi considerada de frágil interação.

Entretanto, para os Gestores, como a concepção da Política de Cultura da UFPR está sendo orientada pela ideia de cidadania cultural, a interação entre estas Políticas tem sido construída entre a PROEC e os docentes que desenvolvem projetos culturais no litoral do Paraná com esta temática, e não via Centro Cultural UFPR Litoral.

Diante do exposto, é possível pontuar que a Política de Cultura da UFPR, marcada pelo investimento em uma programação cultural voltada principalmente às artes, encontra-se limitada à cidade sede da UFPR, não encontrando ressonância na UFPR Litoral.

Ao que tudo indica, a PROEC intenta reverter esta situação, já que o Plano Institucional de Cultura, documento que irá nortear a Política Cultural da UFPR nos próximos anos, está sendo construído de forma coletiva, com a participação dos diversos Setores, inclusive do Setor Litoral, em prol da elaboração de uma Política que abranja toda a Instituição e que esteja em consonância com as diretrizes da Política Pública de Cultura.

Todavia, como não há representantes do Centro Cultural UFPR Litoral na comissão de discussão da Política de Cultura da UFPR (UFPR, 2015b), e, sendo o CCULT o órgão de materialização da Política de Cultura da UFPR Litoral, o distanciamento existente entre a Política de Cultura da UFPR e a Política de Cultura da UFPR Litoral, reconhecido pelos Gestores Entrevistados, tenderá a ser reproduzido.

5.2.3. A Política Pública de Cultura

Nesta categoria, apresento na visão dos Gestores, a concepção de cultura, as diretrizes da Política Pública de Cultura e a interação com a Política de Cultura da UFPR e da UFPR Litoral.

Indagados sobre a concepção de Política Pública de Cultura e de cultura, os Gestores, partindo do que concebem por cultura, demonstraram ter concepções de cultura similares, embasadas em um olhar antropológico (BAUMAN, 2010), sendo definida por um todo complexo que inclui os conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem em sociedade, ou seja, todas as possibilidades de realização humana (LARAIA, 2001). Neste contexto, destaco as seguintes falas:

[...] tudo que a gente desenvolve durante a nossa caminhada [...], desde a forma que você organiza sua casa, [...] até a religião engloba parte da cultura, [...], tudo que nos cerca é cultura (G01).

[...] A cultura identifica os diferentes povos através de suas expressões culturais. O que diferencia um povo do outro basicamente é sua cultura [...] Então, cultura são processos humanos que se desenvolvem através dos tempos e que permitem identidades e que elas são características - essas identidades - do fazer, do sonhar, do que é o pensar do humano através dos tempos. [...] humano tem a cultura, porque ele cria, ele concebe, e ele concebe expressões que possibilitam identidades. [...] a nossa espécie sem a cultura, ela é apenas uma espécie viva, ela não se diferencia de qualquer outra espécie viva, seja vegetal ou seja animal, é a cultura que [...] dá esse diferencial da espécie humana (G05).

A concepção de cultura apresentada pelos Gestores demonstra repercutir na concepção de cultura que possuem no âmbito do contexto universitário. Tal influência pode ser explicada de acordo com Denhardt (2012), que pontua que os quadros referenciais teóricos que possuímos guiam nossas ações nas organizações/instituições.

Como a maioria dos Gestores concebe a cultura como um modo de vida, uma comunidade espiritual de significados compartilhados

(BAUMAN, 2012), e, como existem modos de vida diferentes convivendo numa mesma sociedade, e, conseqüentemente, numa Universidade, a concepção de cultura no contexto universitário apresentada pelos Gestores foi permeada pela perspectiva da diversidade cultural.

De acordo com o Gestor G01, a Universidade deve promover o espaço para o diálogo entre as diferentes culturas das pessoas que frequentam o ambiente universitário, como também buscar inseri-las em sua cultura institucional que é caracterizada pela busca do conhecimento e da superação intelectual.

[...] a Universidade, no meio universitário, ele tenta dar espaço e discutir sobre todos, pra todos [...] os tipos de cultura, e tentar também inserir todos na sua cultura de estudo, pesquisa, interação com a comunidade. Então, a cultura, o Plano Institucional de Cultura da Universidade onde você vai se inserir, tem que se somar com a cultura de que você já traz, da caminhada da sua vida [...] (G01).

Para o Gestor G02, a concepção de cultura no contexto universitário deve estar alinhada à concepção presente na Política Pública de Cultura, pois não acredita “que a gente possa pensar políticas culturais sem estar em diálogo com os documentos oficiais”, e, como a concepção de cultura presente na Política Pública de Cultura versa sobre a diversidade cultural, defende que

[...] as políticas culturais na Universidade têm que ser, no sentido de que deveriam trazer pra dentro do debate sobre como se formula e se executa ações vinculadas à cultura, a ideia de diversidade e de [...] cidadania cultural. Então, acho que isso é bem importante pra gente pensar qualquer tipo de ação, ou prática, ou mesmo de formulação de Política Institucional. É [*pensar*] como a Universidade dialoga com a sociedade, e como ela também, a Universidade, faz parte desse processo social de construção do que a gente possa vir a pensar sobre cultura (G02).

Neste contexto, quanto à concepção de cultura, no que tange às diretrizes da Política Pública de Cultura, alguns Gestores demonstraram ter conhecimento, sendo que um dos Gestores afirmou não conhecê-las.

O conhecimento das diretrizes da Política Pública de Cultura é justificado pelos Gestores, por compreenderem ser fundamental à Universidade conhecer, discutir e pensar estas diretrizes no espaço acadêmico, para assim construir uma Política Institucional de Cultura.

[...] não é uma Política [*a Política Pública de Cultura*] que pretende ser implantada e a Universidade como vetor de implantação, mas é uma diretriz que permite a gente trabalhar no sentido de que a Universidade seja também um ator nesse processo de formulação, discussão e execução de ações culturais. E isso está materializado nos documentos. Você tem lá o [...] Plano Nacional de Cultura que dialoga com o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Direitos Humanos, [...] mas também dialoga com algumas cartas internacionais [...] Então, veja, há uma convergência desses documentos pra entender, uma convergência de ação que é construída a partir desse conceito de cultura similar, igual, ao vetor de cidadania, logo, de direitos humanos e direitos civis, que nos traz [...] valores, [...] princípios, diretrizes, e que seria o nosso papel [...] retomar e realocar a Universidade, também de aderir a esses princípios, de debater esses valores, então pensar na formulação de políticas públicas ou de políticas institucionais em diálogo com as políticas públicas. Porque eu acho [...] ingênuo a gente não fazer esse diálogo, entende? (G02)

Por outro lado, foi possível perceber que a maioria dos Gestores reconhece que não há uma interação entre a Política Pública de Cultura e a Política de Cultura da UFPR. Este hiato de compreensão se materializa por argumentarem que não possuem uma maior proximidade com a PROEC, com a Política de Cultura da UFPR, bem como por não conhecerem com maior profundidade as diretrizes da Política Pública de Cultura.

Não sei te falar [...] eu não posso falar como eu enxergo... Resumindo, eu não enxergo porque eu não sei, [...] eu teria que estar mais por dentro da PROEC, acompanhando lá [...] (G01).

Eu não poderia fazer essa análise, fica um pouco prejudicada porque eu não conheço essas diretrizes em profundidade [...] Essa pergunta ficou um pouco prejudicada porque eu não tenho, assim, uma grande familiaridade com essas Políticas (G04).

Contudo, para outros Gestores, a interação entre a Política Pública de Cultura e a Política de Cultura da UFPR está em fase de construção, já que a UFPR, via PROEC, tem buscado estudar e conhecer as diretrizes da Política Pública de Cultura com o intuito de reapropriá-las e readequá-las ao contexto universitário.

[...] eu acho que ainda a gente não fez o debate que tem que fazer que é de como pensar de fato uma Política Cultural Universitária, num diálogo permanente com o Plano Nacional de Cultura, [*com as*] políticas nacionais, tanto pra cultura quanto pra educação, [...] [*com*] o Plano Estadual [*de Cultura*], [*com*] os Planos Municipais [*de Cultura*], [...] a gente precisa se apropriar desse debate, dessa discussão, porque eu acredito que as universidades, principalmente [...] nos países da América Latina, vão ter que fazer esse movimento de voltar pro seus territórios, fazer esse diálogo com as comunidades nas quais estão inseridas (G03).

Para viabilizar este processo de discussão na Universidade, os Gestores manifestaram a intenção de desenvolver um Fórum de Cultura Institucional para a criação de um Plano Institucional de Cultura da UFPR que se articule, inclusive, a outras políticas internas, como a de extensão.

A necessidade de aproximação da cultura com a extensão nas instituições públicas de ensino superior tem sido uma preocupação desde o VI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão em 1992 (FORPROEX, 1992). Tanto que, em 1998, a cultura foi considerada uma das áreas temáticas de atuação da extensão (FORPROEX, 1998). Além do mais, em 2008, foi publicado o primeiro edital do Programa de Fomento à Extensão Universitária, que visava dar apoio financeiro a

projetos de extensão universitária das instituições públicas de educação superior que tivessem ênfase na inclusão social e cultural e que contribuíssem para a implementação de políticas públicas culturais (BRASIL, 2008b).

O Gestor G05 também reconheceu que a interação entre estas Políticas é mínima, porém argumentou que isto se dá pelo fato de que, tanto a Política Pública de Cultura, quanto a Política de Cultura da UFPR são frágeis, “não tem nenhuma expressão”.

[...] a [*Universidade*] Federal do Paraná deveria ter uma Política de Cultura que deixasse o futuro profissional mais culto. [*Mas*] não, deixa ele mais técnico. O que [...] a gente diz na expressão: forma um bom médico, forma um bom engenheiro, forma um bom advogado, forma um bom pedagogo? Mas forma algum desses culto? Eles sabem falar de cultura? Não tem nada de cultura. Não tem, não atravessa os currículos (G05).

No que tange à interação da Política de Pública de Cultura com a Política de Cultura da UFPR Litoral, a percepção dos Gestores foi similar, apontando para o fato de que esta interação é frágil. Entretanto, os argumentos que embasaram estas percepções foram divergentes. Os Gestores que não se pronunciaram quanto à interação entre estas Políticas, justificaram sua ausência de manifestação por desconhecimento das mesmas.

Então, acho que essa é uma pergunta que você tem que fazer no [*Setor*] Litoral... entende? [...] eu acho que não existe uma Coordenadoria de Cultura no [*Setor*] Litoral. Existem práticas, existem ações, que acho que nesses dois anos eu tenho tentado conhecê-las e que acho que são muito interessantes. Agora, não sei te dizer se isso é uma Política Institucional [*de Cultura*] do [*Setor*] Litoral. Eu acho que isso é uma Política de Ensino, de Pesquisa [...] (G02).

[...] Essa pergunta ficou um pouco prejudicada porque eu não tenho, assim, uma grande familiaridade com essas Políticas (G04).

Todavia, embora o Gestor G02 desconheça a existência de uma Política de Cultura na UFPR Litoral, ele defende e acredita que deve haver uma interação entre todas as unidades da UFPR para a construção em rede de uma Política Institucional de Cultura, que respeite as características e necessidades de cada localidade.

[...] não há como termos unidades autônomas no sentido de não relacionadas, não situadas, tempo, espacialmente, geograficamente, com seus atores. Eu acho que [...] a UFPR no litoral [*paranaense*] tem que ter uma configuração diferente daqui de Curitiba, mas a gente tem que estar em rede, entende? Por isso, eu não entendo teu argumento da "a Política Cultural no Litoral", "a Política Cultural na UFPR não sei o que". Acho que a gente tem que discutir uma Política Institucional de Cultura que possa ser possível de abranger ações que são lá no litoral muitas específicas, assim como ações lá em Palotina que são muito específicas, mas que nós tenhamos um diálogo conceitual [...] de pensar valores, pensar diretrizes, pensar premissas que possam, nas nossas práticas localizadas, nos orientar [...] mas a formulação dessas Políticas tem que ser em rede mesmo [...] (G02).

Por outro lado, para o Gestor G03, a interação entre a Política Pública de Cultura e a Política de Cultura da UFPR Litoral se dá de maneira individualizada, não institucional, via ações de professores e estudantes que, a seu ver, articulam-se às diretrizes da Política Pública de Cultura por meio de práticas acadêmicas como as ICHs (UFPR LITORAL, 2008b).

[...] eu acho que tem [*interação entre a Política Pública de Cultura e a Política de Cultura da UFPR Litoral*], mas ainda muito individualizada, não institucionalmente talvez, né? Eu acho que começou com uma demanda da comunidade, dos próprios gestores da época, de ter espaços culturais, de ter espaços de interação, até pela concepção do Projeto Político Pedagógico. As ICHs, de certa forma, pedem, exigem esses espaços. Então isso foi concebido pra responder essa demanda, mas sem

pensar de fato uma Política Cultural de diretrizes, de onde chegar, de metas a atingir, né? É, na verdade, feito [...] nas demandas do cotidiano. As ICHs são pensadas dentro dos núcleos, os professores, os estudantes e a comunidade se envolvem nessas ações e elas vão sendo desenvolvidas. Acho que há [...] docentes e estudantes[...] que têm uma compreensão maior das diretrizes das Políticas Públicas pra Cultura e que conseguem fazer essa articulação, [...] mas não vejo que isso seja uma articulação institucional de uma maneira mais ampla, eu acho que isso ainda precisa ser conquistado (G03).

A partir da fala dos Entrevistados, ficou evidente a predominância da concepção de cultura baseada no olhar antropológico, compreendida pela “totalidade das características de uma realidade social” (SANTOS, 2006, p. 37). Esta concepção de cultura como um modo de vida, uma comunidade espiritual de significados compartilhados, torna possível o entendimento de que há vários modos de vida diferentes convivendo numa mesma sociedade (BAUMAN, 2012), ou seja, reconhece a existência de uma diversidade cultural.

Partindo do pressuposto de que a prática social dos indivíduos nas organizações é guiada pelos quadros referenciais teóricos que possuem (DENHARDT, 2012), é possível apontar que a concepção de cultura baseada no olhar antropológico presente nos Gestores enquanto indivíduos, levou-os à compreensão de que a cultura no contexto universitário deve ser trabalhada sob a perspectiva da diversidade cultural, conforme expresso nas falas dos Entrevistados.

Esta compreensão de como se abordar a cultura dentro de uma Política Institucional Universitária encontra ressonância nas diretrizes da Política Pública de Cultura, cujo Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010, s/p) aponta para a necessidade de “valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira”. Neste contexto, os Entrevistados demonstraram conhecer, embora em níveis de profundidade diferenciados, as diretrizes da Política Pública de Cultura.

Embora a maioria dos Gestores declarou não haver uma interação entre a Política Pública de Cultura e a Política de Cultura, tanto da UFPR, quanto da UFPR Litoral, esta interação acaba por se confirmar por meio da concepção de cultura, já que a concepção de cultura presente na Política Pública de Cultura tem encontrado eco no discurso dos Gestores,

o que acaba por refletir no Plano Institucional de Cultura da UFPR e, conseqüentemente, na Política de Cultura da UFPR Litoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter percorrido o caminho teórico proposto para este Estudo (vide Figura 01 – Caminho Teórico Proposto para este Estudo), retornando ao objetivo inicialmente proposto, de compreender como vem se constituindo o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral a partir do olhar de seus gestores, é possível pontuar que a Política de Cultura da UFPR Litoral vem se constituindo desarticulada da Política de Cultura Institucional, das diretrizes institucionais.

No olhar dos Gestores, no que tange ao processo histórico do Centro Cultural UFPR Litoral, ficou evidenciado que o desconhecimento deste processo pela maioria dos Gestores se consubstancia pelo fato de ter sido construído de forma isolada pela Direção do Setor Litoral, sem registro documental e sem a participação da unidade responsável pela coordenação da Política de Cultura da UFPR.

Há um distanciamento a ser superado entre a Política de Cultura da UFPR Litoral e a Política de Cultura da UFPR, já que os Gestores responsáveis pela elaboração da Política de Cultura Institucional desconhecem as ações do Centro Cultural UFPR Litoral, que materializam a Política de Cultura da UFPR Litoral.

Ademais, faz-se necessária a rediscussão do papel do Centro Cultural UFPR Litoral junto à Instituição, já que há uma falta de clareza entre os Gestores quanto à finalidade do Centro Cultural UFPR Litoral e sua articulação com o Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral (UFPR LITORAL, 2008b).

Por outro lado, no que tange à interação entre a Política de Cultura da UFPR e a Política de Cultura da UFPR Litoral, embora os Gestores concebam que as ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Cultura da PROEC fomentam a Política de Cultura da UFPR, entendem que há uma fragilidade na concepção de uma Política de Cultura Institucional, seja por considerarem que a Universidade apenas desenvolve ações e projetos culturais isolados sem um Plano de Cultura formalmente instituído, seja por entenderem que a ausência da destinação de recursos orçamentários para sua execução caracteriza a inexistência de uma Política.

Esta Política, reconhecida pelos Gestores pelo investimento em uma programação cultural voltada principalmente às artes, encontra-se limitada à cidade sede da UFPR, não encontrando ressonância na UFPR Litoral. Embora a PROEC intenta reverter esta situação, já que o Plano Institucional de Cultura está sendo construído de forma coletiva com a

participação dos Setores, todavia sem a representação do Centro Cultural UFPR Litoral nesta discussão.

Contudo, a partir da fala dos Gestores, ficou evidente que concebem a cultura na perspectiva da diversidade cultural. Esta compreensão de como se abordar a cultura dentro de uma Política Institucional Universitária encontra ressonância nas diretrizes da Política Pública de Cultura, junto ao Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), no que tange à valorização da diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Todavia, por mais que a Política Pública de Cultura tenha por concepção a cultura em seu olhar antropológico, ancorada na ideia de valorização e reconhecimento da diversidade cultural existente no País, os mecanismos de distribuição de recursos nesta área (leis de incentivos fiscais e publicação de editais) acabaram por desconstruir a ideia de cultura como processo social, fazendo com que a cultura seja vista como um produto a ser gerado por meio de projetos, conforme já observado na literatura investigada neste Estudo.

Acredito que a Política de Cultura deveria ter por essência uma concepção de cultura sob a perspectiva da totalidade dos processos sociais, que considerasse o homem como um ser capaz de produzir a própria cultura que determina seu modo humano de agir no mundo, ou seja, uma Política que buscasse promover ações que gerem a reflexão e o questionamento do status quo. E neste contexto, ações que integrem o fazer dos processos sociais culturais, como uma Política Institucional na sua concepção e materialidade.

Retornando ao ponto de partida do presente Estudo, ou seja, ao Centro Cultural UFPR Litoral, uma contradição se evidencia: ao mesmo tempo que a Política de Cultura da UFPR Litoral vem se constituindo como um processo de gestão, este é fragilizado diante da inexistência de uma Política de Cultura Institucional.

O CCULT, como uma ação da gestão da Política de Cultura da UFPR Litoral, é mais uma ação desarticulada, diante de tantas outras da gestão como um produto, fruto da Política Pública de Cultura, negado como um processo social cultural, como reflexo de uma Política Institucional. Neste contexto, mesmo que a UFPR Litoral tenha peculiaridades regionais que necessitam ser respeitadas, ela faz parte de uma Política Institucional, na sua concepção e materialidade.

Isto posto, com vistas a potencializar ações para o fortalecimento do processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral, proponho que:

- Seja constituído um grupo de trabalho na UFPR Litoral, formalizado por meio de Portaria Institucional, composto por membros da comunidade acadêmica que possuem envolvimento com a temática (direta ou indiretamente), com o intuito de rediscutir a Política de Cultura da UFPR Litoral, em articulação com a Política de Cultura Institucional. Para guiar o processo de discussão, sugiro as seguintes perguntas norteadoras:

a) Qual o papel da cultura dentro do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral? Esta pergunta, ao ser discutida, poderá propiciar clareza aos gestores sobre a função que a cultura executa ou pode vir a executar dentro do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral, que é o documento base que deveria nortear todas as ações de gestão da UFPR Litoral. Além do mais, tal discussão possibilitará que a cultura não seja mais tratada de forma desarticulada na Instituição.

b) Como pensar a cultura junto ao processo de formação do ser humano, articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão? A cultura, por ser uma dimensão totalizadora do processo social, pode ser trabalhada dentro do próprio processo educacional que a Universidade promove, por meio das ações de ensino, de pesquisa e extensão. Realizar esta discussão poderá contribuir para a reflexão sobre a própria necessidade de a Universidade manter unidades administrativas voltadas para a elaboração e execução de uma Política Cultural na Instituição.

c) Quais os impactos da Política Pública de Cultura na sociedade? Ao responder este questionamento, a Universidade poderá avaliar e repensar a Política de Cultura na Instituição, já que esta tem sido constituída como reflexo da Política Pública de Cultura. Além do mais, esta avaliação poderá contribuir para a discussão da própria Política Pública de Cultura na sociedade, que tem sido elaborada e executada sem a participação ativa da Universidade.

d) Qual o papel dos Governos Federal, Estadual e Municipal na implementação da Política Pública de Cultura? Qual o papel da Universidade na implementação da Política Pública de Cultura? Compreender o que cabe a cada instância do Governo e à Universidade dentro da implementação de uma Política Pública de Cultura é fundamental para evitar que a Instituição passe a ser mera

reprodutora da Política Pública de Cultura, executando ações nem sempre relacionadas à sua finalidade, de promotora do processo de formação do ser humano.

f) Quais os meios disponíveis para a implementação da Política de Cultura na UFPR Litoral? Considero oportuno que UFPR Litoral rediscuta e repense os meios disponíveis para a implementação da Política de Cultura na UFPR Litoral, que podem ser limitados ou não à existência de um espaço cultural na Instituição.

g) Como integrar a Política de Cultura da UFPR Litoral à Política de Cultura Institucional? Conforme observado neste Estudo, faz-se necessário fortalecer a Política de Cultura Institucional, que se encontra fragilizada, por meio da construção de conexões e interações entre as diversas ações culturais que são desenvolvidas na Universidade.

- Os Gestores da UFPR Litoral busquem desenvolver uma articulação direta com a Política de Cultura da UFPR, por meio de reuniões junto à PROEC, buscando integrar a Política de Cultura da UFPR Litoral à Política de Cultura Institucional, com vistas a legitimidade e aporte institucional.

Almejo, como pesquisadora, que este Estudo possa ser utilizado neste movimento que estou propondo de repensar e rediscutir a cultura no ambiente universitário, não limitando-o à Política de Cultura da UFPR Litoral, mas ampliando-o à Política de Cultura Institucional, bem como a suas interlocuções com a Política Pública de Cultura.

Entendo também como válido para uma pesquisa futura, ampliar os sujeitos de pesquisa deste Estudo, de modo que abarque os docentes e técnicos administrativos em educação da UFPR Litoral, bem como os demais membros da própria comunidade externa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Gestão ou Gestação Pública da Cultura**: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 61-86.

Disponível

em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2015.

AZEVEDO, Fernando de [*et al.*] **Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. (Coleção Educadores). Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205210>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença**. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2015.

BAUMAN, Zigmund. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. **Extensão universitária**: momentos históricos de sua institucionalização. In: Revista Eletrônica Vivências, Erechim, v. 01, n. 02, p. 08-17, mai. 2006. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BERGUE, Sandro Tescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas**: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

BORGES, Célia. **Patrimônio e memória social:** a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. In: Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v.05, n.02, p. 113-125, 1999. Disponível em:

<<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2338>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** São Paulo em Perspectivas, São Paulo, v.15, n. 02, p. 073-083, abril/junho de 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O mercado de bens simbólicos.** In: BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 01ª reimpr. 06ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. p. 99-181.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> . Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 8.659**, de 05 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 19.402**, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851->

11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 23 mai. 2015.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 23 mai. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937b. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 526**, de 01º de Julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 1.949**, de 30 de dezembro de 1939. Dispõe sobre o exercício de atividades de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1949.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 9.323**, de 06 de junho de 1946a. Dispõe sobre a equiparação da Universidade do Paraná e aprova os respectivos Estatutos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9323-6-junho-1946-417411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 29 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 37.608**, de 14 de Julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 74**, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0074.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

____. **Decreto nº 66.967**, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

____. **Lei nº 6.312**, de 16 de dezembro de 1975. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6312.htm>. Acesso em: 03 mar. 2016.

____. **Decreto nº 81.454**, de 17 de março de 1978. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81454->

17-marco-1978-430536-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 jun. 2015.

____. **Lei nº 6.757**, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6757.htm>. Acesso em: 04 mar. 2016.

____. **Decreto nº 91.144**, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12503>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

____. **Lei nº 7.505**, de 02 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

____. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 03 ago. 2015.

____. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

____. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BRASIL. **Portaria nº 156**, de 06 de julho de 2004. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2004. Seção 01, p. 13. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/643526/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-07-2004/pdfView>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Portaria nº 215**, de 25 de novembro de 2005. Dispõe sobre a criação do Prêmio Cultura Viva e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 2005. Seção 01, p. 09. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/871915/pg-9-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-11-2005/pdfView>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Projeto de Lei nº 6.835**, de 29 de março de 2006a. Aprova o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=384450&filename=PL+6835/2006>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 5.761**, de 27 de abril de 2006b. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007a. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 6.226**, de 04 de outubro de 2007b. Institui o Programa Mais Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6226.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008a. Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Edital nº 01**, de 24 de setembro de 2008b. Convoca as Instituições Públicas de Ensino Superior a apresentarem propostas de desenvolvimento de projetos no âmbito da extensão universitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Seção 03, p. 10-12. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=10&data=26/09/2008>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 7.037**, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. **Edital de Concurso Público nº 02 - Prêmio Prócultura de Estímulo às Artes Visuais 2010a**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 out. 2010. Seção 03, p. 11-14. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/10/2010&jornal=3&pagina=11&totalArquivos=196>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. **Lei nº 12.343**, de 02 de dezembro de 2010b. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Portaria nº 761**, de 17 de maio de 2012a. O Secretário Executivo do Ministério da Educação, no uso das atribuições subdelegadas pelo Art. 02, Portaria nº 1.508, publicada no DOU de 17 de junho de 2003, [...], resolve redistribuir: [...] Renata Pletsch [...] para Universidade Federal do Paraná. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mai. 2012. Seção 02, p.16. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/05/2012>>.

012&jornal=2&pagina=15&totalArquivos=72>. Acesso em: 28 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.761**, de 27 de dezembro de 2012b. Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12761.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Portaria nº 86**, de 01º de fevereiro de 2013a. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 fev. 2013. Seção 01, p. 28. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/02/2013&jornal=1&pagina=28&totalArquivos=384>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Portaria interministerial nº 18**, de 18 de dezembro de 2013b. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2013. Seção 01, p. 102-103. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2013&jornal=1&pagina=102&totalArquivos=384>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014a. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 21 mai. 2016.

_____. **Lei nº 13.018**, de 22 de julho de 2014b. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Edital nº 30**, de 07 de outubro de 2014c. Mais Cultura nas Universidades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 out. 2014. Seção 03, p. 57-62. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/10/2014>>

014&jornal=3&pagina=56&totalArquivos=236>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal**: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-108. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Politicass.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2015.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Política Cultural**: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000017822>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

CBE. CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 04, 1986, Goiânia. **Carta de Goiânia**, 02 a 05 de setembro de 1986. Anais... Goiânia: ANDE, ANPED, CEDES, 1986. p. 1239-1244. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/carta_goiania.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

CERQUEIRA, Jackson Bonfim Almeida. **Uma visão do neoliberalismo**: surgimento, atuação e perspectivas. In: Sitientibus, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sobre nova perspectiva**. In: Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, p. 05-15, set.-dez.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 05 de jun.2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. In: Revista Tempo, Niterói, vol. 13, n. 26, p.125-145, jan. 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n28a07.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DUTRA, Roger Andrade; SILVA, Regina Helena Alves. **A agenda transnacional da UNESCO e as políticas públicas de cultura do MINC (2003-2010)**. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS, n. 03, Rio de Janeiro, 2012. Anais... Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2012, p. 01-17 – Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da-Silva-et-alii.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2011.

ECO CENTRAL. **Centro Cultural da UFPR realiza abaixo assinado para evitar desocupação do imóvel**, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.leiaecocentral.com.br/centro-cultural-da-ufpr-realiza-abaixo-assinado-para-evitar-desocupacao-do-imovel/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 02v.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. In: Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

FORPROEX. **FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. VI Encontro de Pró-Reitores de Extensão das**

Universidades Públicas Brasileiras. Santa Maria, 1992. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2015.

_____. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização.** Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2015.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20>. Acesso em: 28 mai. 2015.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento.** In: HEIDEMANN, F.J.; SALM, J. F. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 03 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas.** In: PALMA FILHO, J. C (org.). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 03. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005. p.61-74. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/?p=19120>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

PARANÁ. **Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Universidade Federal do Paraná, o Centro de Educação Tecnológica do Paraná, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e o Município de Matinhos.** Curitiba, 28 mar. 2005. Documento Impresso.

PAULA, João Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** In: Interfaces - Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

RAVAZOLI, Márcia Luzia Rossi. **A Expansão na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, antes e depois da implantação do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/25744/ENTREGA_09%5B1%5D.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jun. 2015.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Revisitando a história – 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.** In: Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 16, n. 02, p. 135-175, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416207>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios.** In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2015.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHLICKMANN, Rafael; MELO, Pedro Antônio de. **O que se entende por administração universitária no Brasil?** Anais... Buenos Aires: XIII Colóquio de Gestão Universitária nas Américas, 2013, p. 01-22.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114899/2013203%20-%20O%20que%20se%20entende%20por%20administra%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Reformas da Educação Superior no Brasil pós-68: desafios à extensão e à autonomia universitárias**. In: 20ª Reunião Anual da ANPED, 1997, Caxambu/MG. Educação, Crise e Mudança: tensões entre a pesquisa e a política. São Paulo: CNPq/INEP/CAPES/FAPESP/FINEP, 1997. v. único. p. 156-156.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 15/CA**, de 30 de janeiro de 1991. Estabelece o Regimento da Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Alterada por: Resolução nº 19/COPLAD, de 25 de março de 2009, Resolução nº 31/COPLAD, de 17 de dezembro de 2014 e Resolução nº 32/COPLAD, de 17 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/soc/>>. Acesso em: 28 de fev. 2015.

_____. **Resolução nº 39/COUN**, de 01 de junho de 2004. Cria o *Campus do Litoral* da Universidade Federal do Paraná, mediante as providências que especifica. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/soc/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

UFPR. **Resolução nº 121/COUN**, de 05 de dezembro de 2007. Cria a Unidade Setorial Litoral da Universidade Federal do Paraná e dá as providências que especifica. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/soc/>>. Acesso em: 18 mar .2015.

____. **Resolução nº 15/COUN**, de 28 de junho de 2012. O Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, consubstanciado na Lei nº 10.861 de 14/04/04, no parecer nº 11/12 exarado pela Conselheira Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin no processo nº 023607/2012-31 e por maioria de votos (33 x 01), resolve aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 – PDI, da Universidade Federal do Paraná, conforme o anexo desta Resolução. Disponível em <<http://www.ufpr.br/soc/>>. Acesso em: 10 de out. 2014.

____. **Resolução nº 26/COUN**, de 05 de setembro de 2013. Estabelece o Regimento do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/soc/>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

____. **Lei Orçamentária Anual:** Unidade 26241 – UFPR 2014a. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças. Curitiba: UFPR, 2014a. Disponível em: <www.proplan.ufpr.br/portal/orcamento/ORC_2014_Prog.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2015.

____. **UFPR fecha acordos em reunião com prefeito de Matinhos.** Publicado em 21 de novembro de 2014b. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/ufpr-fecha-acordos-em-reuniao-com-prefeito-de-matinhos/>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

____. **Portaria nº 9.659**, de 03 de dezembro de 2014c. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Nomeia servidor para a função de Coordenador do Centro Cultural UFPR Litoral. Disponível em: <<http://www.progepe.ufpr.br/progepe/portarias/result1.php?url=PRHAE-PROGEPE/Ano2014/12DEZ/Funcao/9659PR.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

____. **Mais Cultura nas Universidades:** UFPR seleciona projetos e ações na região do Litoral do Paraná. Publicado em 07 de janeiro de 2015a. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/blog/noticias/mais-cultura-nas->

universidades-ufpr-seleciona-projetos-e-aco-es-na-regiao-do-litoral-do-parana/>. Acesso em: 12 jun. 2015.

UFPR. **Portaria nº 1512**, de 04 de fevereiro de 2015b. Designa, em atendimento ao Edital “Mais Cultura nas Universidades”, publicado pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Ministério da Cultura, a comissão responsável pela elaboração e proposta do Plano de Cultura na UFPR. Disponível em:

<<http://www.progepe.ufpr.br/progepe/portarias/result1.php?url=REITOR/Ano2015/02FEV/Comissoes/1512R.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

_____. **Corredor Cultural idealizado pela UFPR ganha reforço de outras sete instituições**. Publicado em 31 de março de 2015c.

Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/corredor-cultural-idealizado-pela-ufpr-ganha-reforco-de-outras-sete-instituicoes/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Coordenadoria de Cultura da UFPR**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. 2015d. Disponível em:

<<http://www.proec.ufpr.br/links/cultura.htm>>. Acesso em: 12 de jun.2015.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Curitiba: UFPR, 2015e. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpr.br/porta/rel_gestao/relatorio_gestao_ufpr_2014.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. **Relatório de Atividades UFPR 2014**. Curitiba: UFPR, 2015f. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpr.br/porta/rel_atv/relatorio_de_atividades_2014.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. **Biblioteca Central**. Acervo UFPR. [201-]a. Disponível em:

<<http://acervo.ufpr.br/>>. Acesso em 10 set. 2015.

_____. **Estatuto da Universidade Federal do Paraná - UFPR**. [201-]b.

Disponível em: <http://www.ufpr.br/soc/pdf/Estatuto_da_UFPR.pdf>. Acesso em: 10 de out.2014.

_____. **Histórico**. [201-]b. Disponível em:

<<http://www.ufpr.br/portafulpr/historico-2/>>. Acesso em: 11 de out. 2014.

UFPR. **UFPR em números 2014**. [201-]d. Pró-Reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpr.br/portal/relatorios-de-dados/>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

UFPR LITORAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL. **A Trajetória da Implantação da UFPR Litoral**. Matinhos: UFPR, 2008a.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos: UFPR, 2008b. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf>. Acesso em: 25 fev.2015.

_____. **Auxílio**: abaixo assinado centro cultural. CCULT. Publicado em 10 de julho de 2014a. Disponível em: <<http://www.centroculturalufprlitoral.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. **Relatório da Comissão de Análise do Novo Organograma do Setor Litoral**. Publicado em 25 de agosto de 2014. Matinhos: UFPR, 2014b. Documento Impresso.

_____. **Centro Cultural inaugura biblioteca de Artes Visuais**. Publicado em 04 de setembro de 2014c. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/litoral/node/1348>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. **Suspensão temporária do Centro Cultural**. CCULT. Publicado em 14 de novembro de 2014d. Disponível em: <<http://centroculturalufprlitoral.blogspot.com.br/search?updated-min=2014-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2015-01-01T00:00:00-02:00&max-results=20>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. **Caderno de Cursos e Profissões**. 2015a. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1076826-Caderno-de-Cursos-e-Profissoes-UFPR-Litoral/>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

_____. **Feira da Lua acontece nesta sexta-feira (06/02)**. Publicado em 04 de fevereiro de 2015b. Disponível em:

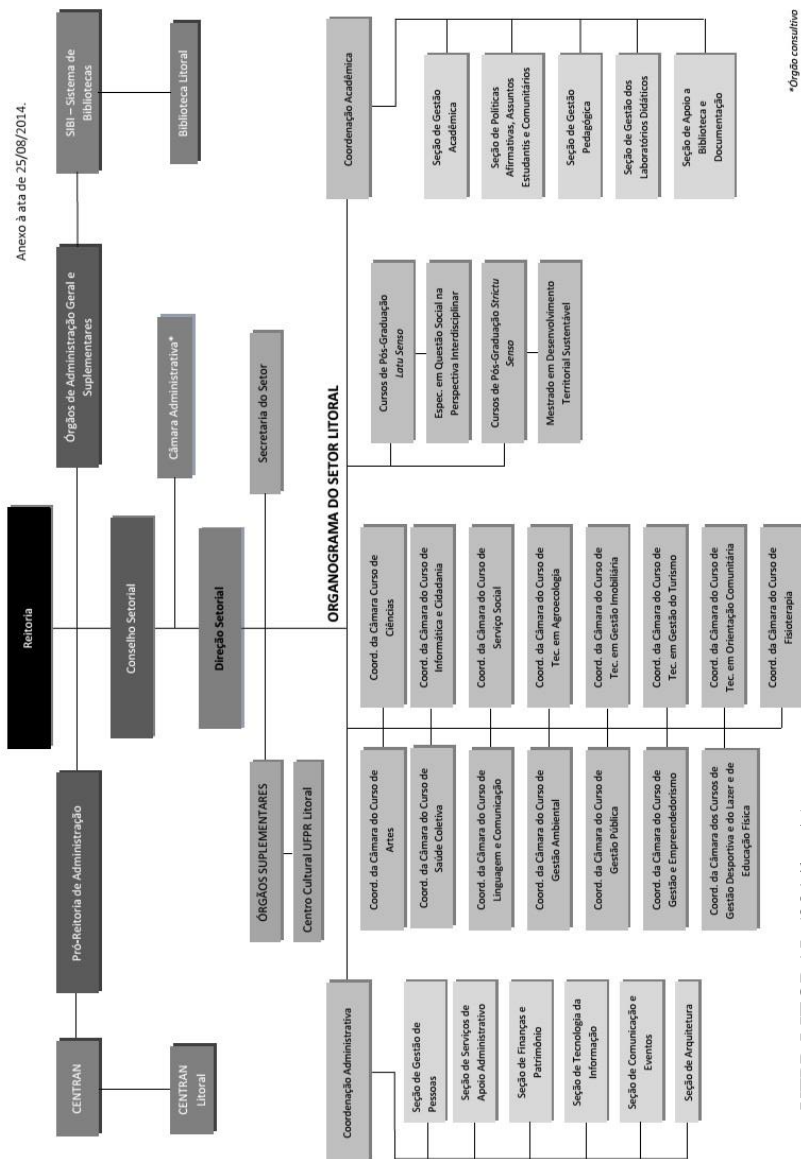
<<http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/feira-da-lua-acontece-nesta-sexta-feria-0602/>>. Acesso em: 07 mar.2015.

UFPR LITORAL. **Centro Cultural**. [201-]a. Disponível em:
<<http://www.litoral.ufpr.br/centrocultural>>. Acesso em: 18 fev.2015.

_____. **Atividades 2014**. CCULT. [201-]b. Disponível em:
<<http://centroculturalufprlitoral.blogspot.com/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ANEXOS

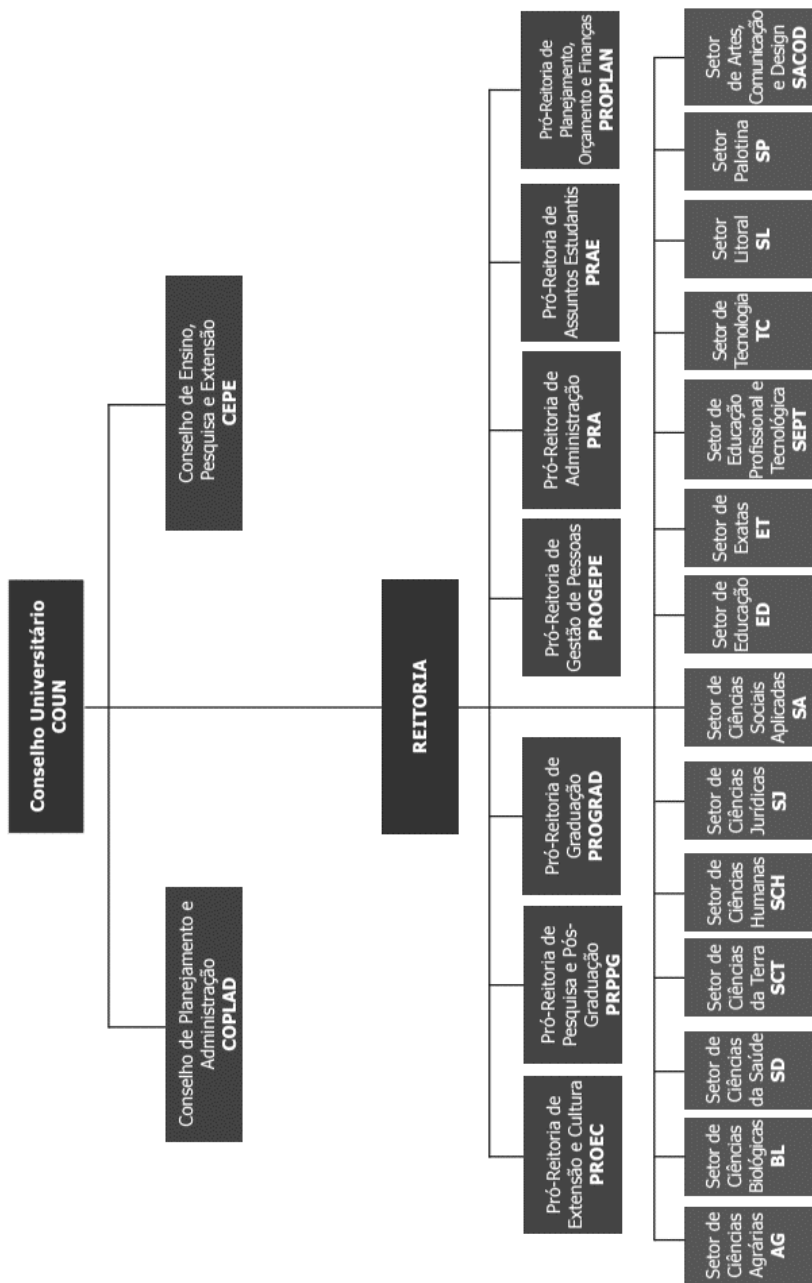
ANEXO A – ORGANOGRAMA DA UFPR LITORAL



*Órgão consultivo

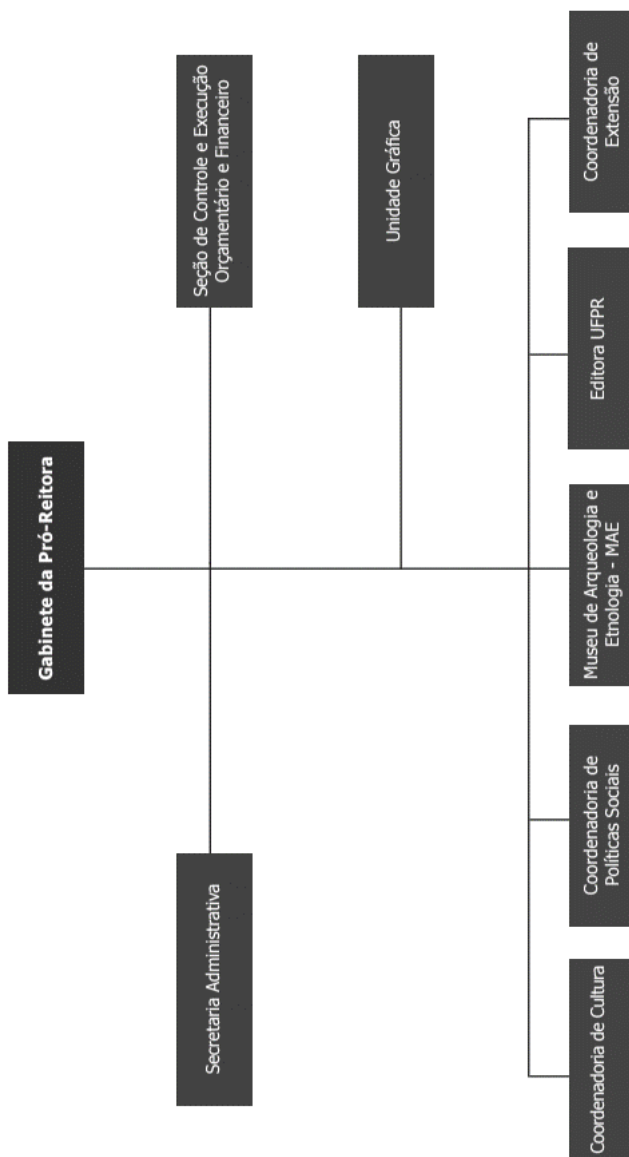
Fonte: UFPR LITORAL (2014b, s/p)

ANEXO B – ORGANOGRAMA DA UFPR



Fonte: UFPR (2015e, p. 31)

ANEXO C – ORGANOGRAMA DA PROEC



Fonte: UFPR (2015f, p. 460)

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Identificação:

- a) Cargo: _____
- b) Função: _____
- c) Unidade de Lotação: _____
- d) Quanto tempo exerce a função de gestor na UFPR: _____
- e) Ingresso na UFPR: _____

1. Quanto ao Centro Cultural UFPR Litoral:

- a) Como você concebe o processo histórico de criação do Centro Cultural UFPR Litoral junto a Instituição? Comente.
- b) Como você concebe o processo de desenvolvimento das ações do Centro Cultural UFPR Litoral? Comente.
- c) Como você concebe o processo de interação da Política de Cultura da UFPR Litoral e as ações desenvolvidas pelo Centro Cultural UFPR Litoral?

2. Quanto à Política de Cultura da UFPR:

- a) Como você concebe a Política de Cultura da UFPR? Comente.
- b) Como você concebe a interação da Política de Cultura da UFPR com a Política de Cultura da UFPR Litoral? Comente.

3. Quanto à Política Pública de Cultura:

- a) O que você entende por cultura? E no âmbito do contexto universitário? Comente.
- b) Você conhece as diretrizes da Política Pública de Cultura? Comente.
- c) Como você concebe a interação da Política Pública de Cultura com a Política de Cultura da UFPR? E da UFPR Litoral?

4. Considerações Finais:

- a) Gostaria de acrescentar mais alguma informação que considere pertinente para melhor contextualizar o fenômeno ora investigado, ou seja, o processo da Política de Cultura da UFPR Litoral?

Obrigada.